



## **O Cerrado nos territórios indígenas: levantamento preliminar sobre os povos indígenas do Cerrado.**

<b>I - Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>II – Metodologia.....</b>	<b>8</b>
A - Critérios de definição .....	8
B - Fontes de informação.....	8
C - Levantamento bibliográfico.....	9
<b>III - O Cerrado.....</b>	<b>10</b>
A - Caracterização .....	10
B - Histórico e ocupação .....	13
<b>IV - O Cerrado nos Territórios Indígenas.....</b>	<b>23</b>
A - Quem são os povos indígenas cujo território tem Cerrado em sua constituição..	23
1 - Roraima .....	24
2 - Pará.....	27
3 - Rondônia .....	27
4 - Amazonas.....	28
5 - Mato Grosso .....	28
6 - Goiás .....	32
7 - Tocantins .....	32
8 - Maranhão.....	33
10 - Minas Gerais .....	38
11 - São Paulo.....	39
B – Caracterização de cada povo.....	40
1 – Roraima .....	41
2 - Pará.....	42
3 – Amazonas .....	43
4 - Mato Grosso .....	44
5 – Goiás e Tocantins .....	48
6 – Maranhão .....	51
7 – Mato Grosso do Sul .....	53
8 – Minas Gerais.....	56
9 - São Paulo.....	57
C. O mapa do Cerrado nas Terras Indígenas .....	58
D. Organizações indígenas e indigenistas .....	61
E. Financiamentos nacionais e internacionais para iniciativas no Cerrado .....	75
F. Políticas de Incentivo e Mecanismos de Apoio .....	76
<b>5 – Considerações finais .....</b>	<b>80</b>
A – Desafios a serem alcançados .....	80
B – Desafios e expectativas futuras .....	81

## I - Apresentação

O presente diagnóstico é fruto da parceria entre o Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN e o Centro de Trabalho Indigenista – CTI no âmbito do Projeto Florelos. O Projeto Florelos, cujo proponente é o ISPN, tem como principal objetivo fortalecer elos ecossociais entre as florestas brasileiras, promovendo o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado e o empoderamento das populações tradicionais. No que se refere à questão indígena, o Projeto Florelos possui a linha de ação INDIA, que tem como principais objetivos fortalecer o diálogo entre os povos indígenas do Cerrado, promover meios de vida sustentáveis, trabalhar por políticas públicas relevantes e pelo manejo ambiental em terras indígenas.

A idéia de elaborar um diagnóstico que contemple a realidade dos indígenas do Cerrado nasce, portanto, da necessidade de obter informações reunidas desses povos cuja vida e cultura têm relação estreita com este bioma. O Centro de Trabalho Indigenista possui uma larga experiência de trabalho com os povos Timbira do Maranhão e Tocantins, onde desenvolve ações na área de regularização fundiária, educação indígena diferenciada, acompanhamento das áreas atingidas por obras governamentais e de iniciativas de desenvolvimento sustentável. Desde a década de 1980 o CTI, por meio do Projeto Educação e Referência Cultural, apóia e produz diversas iniciativas voltadas para a pesquisa e o registro dos conhecimentos e manifestações tradicionais dos povos Timbira. A atuação do CTI nesta área se atualiza, ainda que de forma integrada, por meio de duas estratégias. Aquela que acontece no espaço da educação formal, escolar, designada como a Escola Timbira e aquela voltada para ações e práticas independentes do processo de escolarização, o chamado Projeto Mentwöjê (jovens).

Nesta região, o CTI executa o projeto Frutos do Cerrado desde 1993, em parceria com a Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins<sup>1</sup>. Tem como principais objetivos desenvolver programas de manejo e aproveitamento sustentável dos recursos naturais nas aldeias associadas a esta entidade indígena e ampliar a parceria com os agricultores familiares não-índigenas do entorno das TIs que vivem exclusivamente do manejo não-predatório dos Cerrados, cujos frutos

---

<sup>1</sup> A Wyty Catê é uma associação que representa os povos Timbira do Maranhão e Tocantins ( Krahô, Apinajé, Canela Rãkokamekrá, Canela Apãnjekrá, Gavião Pykobjê e Krikati). Foi fundada em 1994 e surgiu da necessidade da criação de uma organização que refletisse de alguma forma a diversidade dos grupos envolvidos nos processos reivindicatórios naquela região, uma macro área pan-Timbira, com intenso trânsito e intercâmbio cultural inter-aldeias.

nativos são beneficiados pela FrutaSã, uma fábrica de polpas de propriedade dos índios. Além disso, também contribuiu para a formação de agentes ambientais Timbira, que intercambiaram experiências e conhecimentos por meio dos mutirões agroflorestais realizados em suas aldeias.

Em sua trajetória de ação junto aos Povos Timbira, o CTI tem acumulado conhecimentos e relações em um trabalho integrado que tem como premissa a autonomia dessas populações frente à sociedade envolvente e uma boa gestão de seus territórios, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais e ocidentais. A presença nas comunidades por meio dos trabalhos de campo e a parceria com diversas associações indígenas, principalmente a Associação Wyty Catë, tem conferido grande capilaridade ao trabalho do CTI.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é um centro de pesquisa e documentação independente cujo objetivo central é contribuir para a viabilização do desenvolvimento econômico com maior equidade social e equilíbrio ambiental. Para tanto, promove atividades científicas e educacionais. Ao mesmo tempo, subsidia a atuação de movimentos sociais e ambientais e a formulação de políticas públicas nas interfaces entre desenvolvimento, população e meio ambiente.

O ISPN funciona como a Coordenação Técnico-Administrativa (CTA) do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais no Brasil (PPP-ECOS) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PPP-ECOS apóia projetos de organizações não governamentais e de base comunitária no Cerrado<sup>2</sup>. Ao longo de sua experiência com o PPP Ecos, o ISPN apoiou e acompanhou a trajetória de comunidades indígenas do Cerrado, com ênfase para os povos Timbira e Xavante.

Nos últimos anos, o CTI e o ISPN têm acreditado que o diálogo entre os povos indígenas do Cerrado pode fortalecê-los. O Cerrado brasileiro, mesmo sendo um dos biomas de maior biodiversidade e sociodiversidade, tem sido frequentemente tomado como o celeiro nacional. Sua ocupação pela sociedade ocidental iniciou-se com a busca de minérios e posteriormente consolidou-se por meio de atividades agropecuárias. Junto a estas atividades instalaram-se obras de infra-estrutura construídas sem planejamento adequado. Estima-se que mais de 60% da cobertura original do Cerrado já tenha sido destruída. O bioma Cerrado não está resguardado na legislação brasileira como patrimônio nacional, como a Amazônia e a Mata Atlântica. O Código Florestal

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.ispn.org.br/sobre.htm>

brasileiro também confere diferente tratamento aos biomas. Atualmente, a discussão crescente acerca dos biocombustíveis como grandes possibilidades para a economia nacional, juntamente com o agronegócio da soja, têm provocado a abertura de novas áreas desmatadas no Cerrado e expulsado os agricultores familiares para os núcleos urbanos.

A idéia de aproximar os povos indígenas que vivem no Cerrado fortaleceu-se nos últimos anos e o diálogo mais intenso com organizações indígenas a respeito dos avanços desenvolvimentistas sobre seus territórios e recursos naturais proporcionou um novo cenário no universo político indigenista. O CTI apoiou atividades de cunho mais abrangente, como a corrida de toras na Avenida Paulista entre os Krahô e Xavante na Semana do Meio Ambiente da Universidade de São Paulo. As organizações indígenas envolvidas e protagonistas dessa ação foram a Associação Warã e Associação Makraré, dos povos Xavante e Krahô, respectivamente. A corrida expressava a vontade daqueles povos de fazer frente à destruição de seus habitats. A corrida repetiu-se no ano seguinte e tomou maior proporção. Os indígenas envolvidos se deslocaram até Brasília e participaram do Grito do Cerrado, promovido, dentre outras entidades, pela Rede Cerrado<sup>3</sup>. Esta manifestação aconteceu no dia 11 de setembro, no dia nacional do Cerrado. A corrida de toras entre os Xavante e Krahô foi realizada na Esplanada dos Ministérios e finalizou-se com a entrega das toras no Senado Federal. Esse acontecimento teve repercussão em diversos jornais do Brasil. “Foi assim, disputando seu esporte predileto, que esses grupos iniciaram um diálogo sobre a situação de suas comunidades e denunciaram publicamente a pressão que estão sofrendo da sojicultura sobre seus territórios” (SIQUEIRA, 2006, p. 189).

Estes acontecimentos, que a princípio pareciam isolados, provocaram nas organizações indígenas, indigenistas e socioambientalistas o desejo de abrir ainda mais o espaço de diálogo entre os povos indígenas do Cerrado, que, a partir da experiência entre os Krahô e Xavante, pareciam possuir conflitos em comum.

No caso dos Krahô, a luta se ampliou e a maior interlocutora foi a Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins. A Associação Warã do povo Xavante continuou também como principal interessada neste diálogo entre os povos do Cerrado. Em junho de 2006, realizou-se em Brasília uma reunião com lideranças de 10 povos indígenas do Cerrado para uma conversa inicial. A idéia era saber se existia entre esses povos um vínculo pelo fato de pertencerem ao mesmo bioma. Com o apoio do

---

<sup>3</sup> A Rede Cerrado congrega instituições da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e na conservação do Cerrado. São mais de 300 entidades identificadas com a causa socioambiental no Cerrado, que representam trabalhadores/as rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores, ongs, entre outros. Fonte: <http://www.redeCerrado.org.br/>.

Ministério do Meio Ambiente, por meio do Núcleo Cerrado, a reunião aconteceu e o diálogo entre os povos foi muito interessante. Os presentes relataram suas experiências e concluíram que era urgente algum tipo de ação que abarcasse suas preocupações com o destino que o Cerrado vinha tomando tanto no interior de seus territórios quanto nos seus entornos. Os presentes decidiram apresentar um projeto ao Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP Ecos, para viabilizar uma reunião maior de povos indígenas do Cerrado. A reunião aconteceu em novembro de 2006 e reuniu mais de 20 etnias que moram no Cerrado. Nesta oportunidade foi constituída formalmente a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC que já atua em instâncias importantes como a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente.

Ainda que as informações sobre a degradação do Cerrado estejam cada vez mais em evidência e que diversas organizações venham se dedicando à sua conservação, são enormes os desafios, principalmente no que se refere à realidade dos povos indígenas que habitam esse bioma. A carência de informações sobre a relação entre as populações indígenas brasileiras e o Cerrado é outro ponto que nos levou a refletir sobre essa temática. As opções metodológicas e temáticas apresentadas nesse diagnóstico surgiram após muitas pesquisas e discussões. Foi difícil chegar a um consenso sobre quais seriam os Povos Indígenas do Cerrado. Na verdade, sabemos que esse desafio ainda não foi superado. Mas estamos perseguindo seu rumo. Esse diagnóstico abre uma discussão atual e necessária no universo indígena e indigenista pautada, principalmente, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais do Cerrado, por políticas públicas ineficientes ou desconexas tanto para esse bioma quanto para as populações indígenas e tradicionais que vivem dele, pela necessidade de consensos entre diferentes povos e pela urgência de informações sistematizadas que favoreçam a luta dos povos indígenas que fazem o Cerrado continuar existindo.

Assim, o presente diagnóstico é apenas uma primeira iniciativa de unir informações a respeito do Cerrado brasileiro e dos povos indígenas que (d) nele vivem. Lembramos, mais uma vez, que longe de querer enquadrar as populações indígenas em uma “marca”, em uma categoria definida e engessada, estamos interessados em investigar e reunir informações de povos que têm em comum, convivências, experiências e saberes sobre esse bioma. Assim, sabemos que temos em mãos uma questão que também é política. Definir quem são os povos do Cerrado é uma tarefa que deve ser feita a partir do diálogo entre diversos atores sociais e principalmente entre as comunidades indígenas envolvidas. No esforço de não perder de vista esse cenário e de evitar eventuais exclusões, tentamos ampliar bastante o leque de participações. Portanto, aqui mais que

falar dos povos indígenas do Cerrado, estamos nos referindo ao Cerrado (contínuo, intermitente ou apenas presente em pequenos enclaves) nos territórios indígenas. A diferença marcante desses dois propósitos é que, por enquanto, estamos apenas investigando qual é a situação socioambiental dos territórios que têm o Cerrado em sua constituição. Futuramente, nos interessa saber qual a relação cultural que os povos indígenas possuem com o bioma de uma maneira mais profunda. Para isso, torna-se necessária uma pesquisa mais apurada, com visitas de campo, com levantamento bibliográfico mais específico sobre cada povo. Entendemos que este poderá ser um momento posterior a este diagnóstico, que contou, sobretudo com dados secundários e informações levantadas em instituições governamentais e não governamentais.

Ainda não concluímos o levantamento de dados secundários da maneira que julgamos necessária, com todas as informações reunidas sobre os 83 povos indígenas que possuem Cerrado em seu território e das 216 terras indígenas que compõem esse quadro. Isto aconteceu em decorrência das mudanças estruturais pela qual o diagnóstico passou ao longo dos últimos meses de discussão e análise da temática. Descobrimos, com o passar do tempo, que seria muito mais complexo abordar essa temática do que imaginamos no princípio. Em função dessa questão, apresentamos aqui o resultado inicial das discussões sobre o diagnóstico do Cerrado nos territórios indígenas, admitindo que esse diagnóstico ainda será elaborado de maneira mais satisfatória.

## **II – Metodologia**

### ***A - Critérios de definição***

Os critérios utilizados para definir quais são os povos indígenas que estão de fato no Cerrado foram estabelecidos basicamente a partir de sua localização geográfica. Portanto, os povos indígenas listados neste diagnóstico são aqueles que possuem alguma vegetação de Cerrado em suas terras, mesmo que existente de forma parcial ou fragmentada. Com isso, a primeira versão dessa listagem é bastante ampla e contempla praticamente todas as terras indígenas que possuem alguma ocorrência de Cerrado, seja de forma contínua ou intermitente.

Duas questões ainda precisarão ser melhor definidas com o desenvolvimento e aprofundamento deste diagnóstico. A primeira é política, ou seja, resta saber quais são os povos que se auto-define como “Povos Indígenas do Cerrado”, marcando com isso muito mais uma identidade para fora, no contexto de formação e fortalecimento de movimentos indígenas que tem valorizado as questões ambientais, a conservação do Cerrado e interferências nas políticas públicas neste campo. A segunda questão refere-se aos conhecimentos tradicionais associados ao uso e conservação, uma vez que os grupos listados possuem conhecimentos muito diferenciados sobre o manejo e utilização desses recursos. Assim, se esse tivesse sido o único critério utilizado para definir os povos indígenas do Cerrado, provavelmente somente os grupos do chamado “Brasil Central” seriam objeto desta análise, pois tratam-se de terras indígenas em áreas de Cerrado contínuo e a literatura etnográfica dá conta dos ricos e sofisticados conhecimentos desses povos sobre o ambiente que em que vivem.

### ***B - Fontes de informação***

As informações foram colhidas em fontes secundárias, como internet, arquivo da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, publicação Povos Indígenas no Brasil (Isa) etc. A complementação e atualização das informações deverão ser feitas por meio de contato telefônico com as diversas agências de contato local com povos indígenas das diferentes regiões do Brasil, sejam Ongs indigenistas, organizações indígenas ou organizações governamentais. Para tanto, deverá ser feito contato com algumas organizações-chave para acessar seu cadastro de colaboradores. O PDPI também criou os chamados “grupos



de referência”, que também podem ser recuperados para auxiliar nesse processo de complementação e atualização de informações.

O mapa foi elaborado a partir de informações reunidas do IBGE sobre o Cerrado e dados da FUNAI sobre as terras indígenas do Brasil cujo processo de regularização fundiária já foi iniciado. Além disso, foram utilizados dados do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, que traz um documento sobre a situação jurídico administrativa das terras indígenas no país. O interessante deste documento é que ele trata, inclusive, dos territórios que ainda não iniciaram seu processo de regularização fundiária, abrindo ainda mais o espectro de participação dos indígenas nesse levantamento.

### ***C - Levantamento bibliográfico***

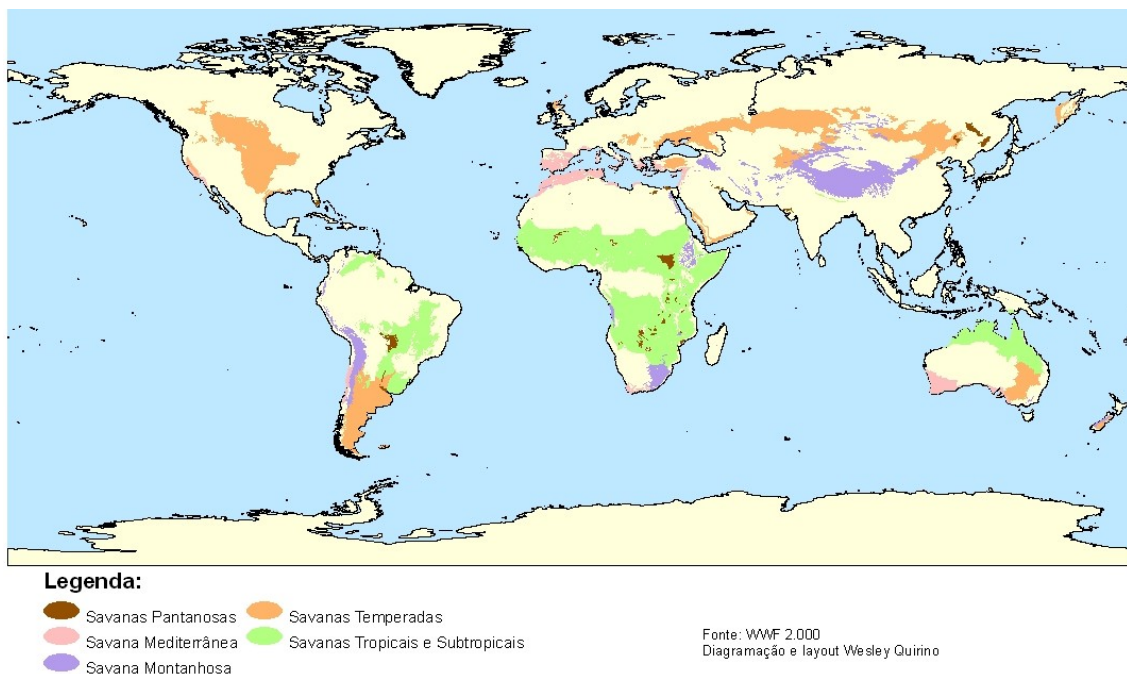
Para elaboração do mapa e do levantamento a respeito do Cerrado, utilizamos fontes bibliográficas que tratam da caracterização do bioma em seus diversos aspectos. No segundo momento do diagnóstico, será realizado levantamento bibliográfico sobre os povos indígenas que têm Cerrado em seus territórios.

### III - O Cerrado

#### A - Caracterização

De acordo com o RIBEIRO et al (2001), o termo “Cerrado” tem sido utilizado em três acepções diferentes que podem ser complementares. O primeiro refere-se ao bioma brasileiro, cujo termo é escrito com letra maiúscula. Em segundo lugar, no sentido amplo (*latu senso*), reúne formações savânicas e campestres do bioma, que vão desde o Cerradão (floresta) até o campo limpo. O terceiro e último significado é utilizado no seu sentido mais restrito, e diz respeito a um dos tipos fitofisionômicos presentes na formação savânica do bioma.

O Cerrado é conhecido como a “savana brasileira” por causa de suas formações que se assemelham às outras presentes principalmente na África, Índia, Austrália e Norte da América do Sul. A Savana mais famosa do mundo está na África e a que possui maior biodiversidade é a brasileira com mais de 10.000 espécies de flora das quais 4.000 são endêmicas.



O Cerrado não é um bioma homogêneo, mas um complexo de ecossistemas, sendo que a sua maior riqueza está na diversidade de paisagens e de espécies (cerca de 33% da diversidade biológica do país). Existem formações vegetais variadas desde campos abertos até formações densas de florestas que chegam a atingir 30m de altura (AGUIAR, MACHADO & FILHO, 2004). As formações florestais do Cerrado são a mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão. As formações savânicas são o Cerrado sentido restrito, parque de Cerrado, palmeiral e vereda. As formações campestres são campo sujo, campo limpo e campo rupestre (RIBEIRO & WALTER 2001).

É classificado como tendo formações vegetativas primitivas, com quatro divisões: matas, campos, brejos e ambientes úmidos com plantas aquáticas. As matas ocupam as depressões, vales e cursos de águas e possuem poucas epífitas.

Desconhecido em suas especificidades até poucos anos atrás - não foi incluído como patrimônio nacional na Constituição de 1988 - o Cerrado continua não sendo, na atualidade, considerado tão importante quanto a Floresta Amazônica ou a Mata Atlântica.

É o segundo maior bioma do Brasil, compreendendo cerca de 21% do território nacional em uma área de aproximadamente 1,8 milhões de Km<sup>2</sup>, apresentando uma posição central entre as grandes formações vegetais da América do Sul (JUNIOR et al, 2001). O Cerrado abrange os estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal como área contínua, parte dos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rondônia e São Paulo, além de áreas disjuntas em outros estados como Roraima, Pará, Amazonas e pequenas ilhas no estado do Paraná ( RIBEIRO & WALTER, 1998). Estas últimas áreas são remanescentes de um processo histórico e dinâmico de contração dos Cerrados e das florestas em função de alterações históricas que aconteceram no passado (AGUIAR, MACHADO & FILHO, 2004). Sendo assim, o bioma apresenta áreas de transição com a Amazônia, o Pantanal, a Floresta Atlântica e a Caatinga, em uma interface que interfere diretamente na vida das populações humanas que o habitam.

A fauna do Cerrado é pouco conhecida e existiam poucos estudos a respeito, porém há pouco tempo começaram a surgir muitos trabalhos recentes e que começam a mostrar a imensa diversidade desse bioma. Na região existem mais de 10.000 espécies vegetais, uma grande variedade de vertebrados terrestres e aquáticos e um elevado número de invertebrados. Espécies ameaçadas como a onça-pintada, o tatu-canastra, o lobo-guará e muitas outras, ainda têm populações significativas no Cerrado, reafirmando sua importância como ambiente natural.

Uma ordem de grande importância no Cerrado é a dos Hymenoptera, onde se destacam as Famílias Formicidae (formigas), como as saúvas (Gênero Atta), e Apidae (abelhas) importantes na polinização das flores. Os gafanhotos (Ordem Orthoptera, Família Acrididae) também fazem parte dessa diversificada fauna.

O solo do Cerrado possui o Ph bem ácido que varia de 4,3 a 6,2. Possui elevado conteúdo de alumínio, baixa disponibilidade de nutrientes, como o fósforo, o cálcio, o magnésio, o potássio, matéria orgânica, zinco, argila, compondo-se de caulinita, goetita ou gibsitita.

O clima do Cerrado é estacional e com invernos secos. Tem-se um período chuvoso que dura de outubro a março e um período seco, de abril a setembro (KLINK & MACHADO, 2005). No período chuvoso ocorrem mais de 90% das precipitações do ano e em geral a média pluviométrica do Cerrado fica em torno de 1300mm e 1600mm. Sua temperatura média anual é de 20,1°C, sendo inferior a todos os demais biomas brasileiros, exceto aos dos Campos e das Florestas Meridionais (RIBEIRO & WALTER, 1998).

Devido a seu clima muito seco no período de abril a setembro ocorrem diversas queimadas, naturais ou não, no Cerrado. Acredita-se que esse foi um fator determinante no formato bastante distorcido dos troncos e pela grossa cortiça presente na maioria das árvores. Essa cortiça serve de proteção ao fogo e a alta temperatura nos incêndios. Existem exemplos de espécies de plantas no Cerrado que só germinam após as queimadas. Porém as queimadas são uma grande ameaça à biodiversidade do Cerrado, que apesar de ser adaptada à essas condições não consegue mais se regenerar nos intervalos entre as queimadas. A ocupação antrópica gera mais incêndios do que normalmente teriam na região, com o aumento da frequência das queimadas as plantas não conseguem se regenerar e vão dando lugar a espécies exóticas de crescimento mais acelerado.

A tabela e mapa abaixo mostram a área de ocupação do Cerrado com relação ao território brasileiro e a ocupação de outros biomas do país.

<b>BIOMAS CONTINENTAIS BRASILEIROS</b>	<b>ÁREA APROXIMADA (KM<sup>2</sup>)</b>	<b>ÁREA / TOTAL BRASIL</b>
Bioma AMAZONIA	4.196.943	49,29%
Bioma CERRADO	2.036.448	23,92%
Bioma MATA ATLÂNTICA	1.110.182	13,04%
Bioma CAATINGA	844.453	9,92%
Bioma PAMPA	176.496	2,07%
Bioma PANTANAL	150.355	1,76%
Área Total BRASIL	8.514.877	

Fonte: IBGE.



Fonte: Embrapa.

## ***B - Histórico e ocupação***

Desde o início de sua ocupação pelos homens primitivos, datado de 11 mil anos a.C., até aproximadamente meados do século XX, o Cerrado manteve sua singular biodiversidade relativamente preservada, apresentando alterações pouco significativas em sua estrutura original. Nas últimas cinco décadas, ao contrário de todo o período anterior, a ocupação deste bioma vem ocorrendo de forma destruidora, acelerada e alarmante. O início dessa mudança tão brusca no modo de usar e ocupar a região do Cerrado relaciona-se com a fase desenvolvimentista pela qual passava o País. Em prol da modernidade, tudo era permitido. É o que se pode chamar de "Economia de Fronteira" (COLBY, 1990), paradigma no qual a questão ecológica é subordinada à economia. Nessa percepção, não há consciência da importância e dependência de um equilíbrio ecológico, e, portanto, nenhuma preocupação em preservar.

Estudos feitos sobre os primeiros povos do Cerrado relatam que espécies humanas já viviam nesse ecossistema a cerca de 10 mil anos atrás (BARBOSA, 1996). A porta de entrada desse homem primitivo na América foi o estreito de Bering, local por onde ele passou da Sibéria para o Alasca. Em seu novo local de habitação, sua economia baseava-se na coleta e na caça da mega fauna existente. Porém, com o fim da Glaciação houve o início da extinção dos animais de grande porte. O aumento da umidade sobre a Amazônia fez com que os refúgios florestais avançassem sobre o

Cerrado, e com isso houvesse uma onda migratória de animais na mesma direção. O homem, possivelmente seguindo os animais, chegou ao Cerrado e encontrou neste local um verdadeiro paraíso: água de boa qualidade, abrigos naturais, fauna variada e a vegetação com o maior número de frutos do planeta. Todos esses fatores ocasionaram um aumento demográfico da população humana.

Para Schmitz (2003), os pioneiros do Cerrado no Planalto Central ocupavam um conjunto de abrigos com bastante intensidade, contradizendo a expectativa de que eles, a maior parte do tempo, vagariam pelo território sem ponto de amarração. Certamente eram populações compostas por poucas famílias, que tinham um lugar bem identificado por acidentes geográficos, pinturas e gravuras, no qual permaneceram por muito tempo, servindo de referência. Em outros lugares do planalto a permanência nos sítios foi menor, ou porque não existiam grandes coberturas rochosas que os abrigassem, ou porque os recursos que buscavam estavam mais distribuídos no espaço. "Nesses lugares o conceito de nomadismo parece mais aplicável" (BARBOSA, 2003). Vários aspectos ambientais do Cerrado favoreceram a fixação humana. O ciclo climático constante, associado à fauna vasta, e aspectos da paisagem ricos em abrigos naturais, com maior oferta de frutos durante o ano inteiro que os demais sistemas biogeográficos da América do Sul, teriam permitido a acomodação e planejamento do homem primitivo neste bioma (BARBOSA, 1998, STEVAUX, 2001).

Posteriormente às gerações desses grupos caçadores/coletores, que utilizavam os recursos do Cerrado de acordo com suas necessidades, surgiram os grupos indígenas horticultores ceramistas. Ainda não se sabe como nem quando se instalaram os cultivos na região. Provavelmente, esses indígenas cultivadores não surgiram nessa área, "porque as diversas tradições tecnológicas até agora estudadas pertencem a horizontes mais amplos e as datas mais altas para horticultores já instalados se encontram fora da região. Faz exceção a Tradição Uru, que até agora só conhecida no oeste de Goiás, mas que certamente ultrapassa os seus limites em direção a Mato Grosso" (BARBOSA, 2003). Possivelmente, foi a migração de grupos horticultores que trouxe os cultivos. Para Barbosa (2003, *op. cit.*), os sistemas agrícolas desenvolvidos pelos índios como os de Goiás, assim como em outras áreas do mundo, foram resultado de um longo processo de experiências, coletas, cultivos e domesticação. Mas se desconhece ao certo como ocorreu de fato essa transição no centro do Brasil. O grupo de horticultores mais antigo encontrado na região até agora é o Fase Pindorama, que já tem cerâmica ao menos desde 500 anos antes de Cristo. Depois aparecem as Tradições Aratu/Sapucaí, a Una, a Uru e a Tupi-guarani. Essas Tradições exploraram diferentes regiões (BARBOSA, *op. cit.*). Da Tradição Aratu/Sapucaí pertencem os primeiros aldeões conhecidos. Seus

domínios encontram-se nos baixos das Serras do Centro-Sul e leste de Goiás, nas áreas férteis onde, conseqüentemente, instalaram uma economia fortemente dependente de cultivos, mas sem deixarem de explorar os frutos do Cerrado, de caçar e pescar. Seus cultivos eram baseados em tubérculos e milho. A Tradição Una, por sua vez, colonizou vales geralmente pouco férteis, com predominância de Cerrado, habitando em abrigos e grutas naturais e tendo em sua economia uma forte associação entre os cultivos (com predominância do milho), a caça e a coleta. Imagina-se que essa população distribuiu-se em pequenas sociedades, mais aptas a explorar os recursos diversificados no seu ponto de instalação: o rio próximo, a pequena mata de galeria, o Cerrado e muitas vezes o campo no alto do chapadão. A Tradição Uru chega, mais tarde ao centro-oeste do Estado. Estes avançavam ao longo dos rios, alcançando terras mais baixas e desenvolvendo a pesca. Mais recentemente aparece a Tradição Tupi-guarani, com um certo domínio sobre o Vale do Paranaíba. Este grupo também tem aldeias dispersas na bacia do Alto Araguaia, mas aparentemente sem muita autonomia, convivendo às vezes na mesma aldeia com grupos horticultores de outras Tradições. A Tradição Una, com menos domínio sobre as áreas abertas, se comprime numa faixa entre estes (Uru e Tupi-guarani) e as populações coletoras-cultivadoras do planalto meridional, tradicionalmente conhecidas por suas aldeias de casas subterrâneas. (BARBOSA, *op. cit.*) Talvez com exceção do Tupi-guarani, os representantes das outras Tradições viveram no território durante séculos sem muita movimentação, como numa terra que era deles e sem maiores mudanças, a não ser as normais adaptações de fronteiras. Isso até o dia em que chega à região o homem branco, destruindo os povos indígenas que ali habitavam. Têm-se o fim do período de preservação das 550 gerações indígenas que habitaram o Cerrado (BARBOSA, *op. cit.*).

### **Início da ocupação dos não-índios**

O século XVI é marcado pelo início da colonização européia em território brasileiro. Durante esse período, a ocupação concentrou-se em maiores proporções na região litorânea, onde se cultivava o açúcar. Fatores econômicos impulsionaram a penetração do homem branco no interior do País, chegando, posteriormente, à região do Cerrado. O primeiro desses fatores foi o Bandeirantismo. As povoações que se estabeleceram em São Paulo de Piratininga (fundada em 1554) não tinham perspectivas de enriquecimento. "O Bandeirantismo foi fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos". Suas ações se orientaram no sentido de tirar proveito das brechas que a economia colonial oferecia (como a caça aos índios) e na busca por metais e

pedras preciosas (DAVIDOFF, 1982). Os Bandeirantes caçavam, pescavam, coletavam mel e frutos, extraíam palmito e ainda saqueavam as plantações indígenas. Preferiam entrar no sertão andando, a fim de conhecer o território. Pode-se considerar que o maior dano das Bandeiras nesse período foi sua feição despovoadora. Deu-se início o caos entre os povos indígenas que habitavam os sertões. Promoveu-se a destruição das aldeias, violação das mulheres, morte por doenças desconhecidas. A extinção ou a fuga destes foram as consequências (BARBOSA, 2003).

Enquanto os Bandeirantes se expandiam pela porção Centro-Sul do Brasil, no nordeste ocorria, já há tempos, um forte desenvolvimento do açúcar nas zonas de Engenho. Essa ocupação promoveu uma grande demanda por alimentação na região. A criação de gado bovino veio suprir essa necessidade dos trabalhadores, representando, inicialmente, uma atividade complementar. Posteriormente, conflitos entre os criadores e lavradores promoveram a penetração dos currais pelo interior. É nesse momento que a pecuária pode ser vista como um fator de povoamento do sertão (SIMONSEN, 1969). O gado cavalar nesse período também ganha importância na penetração nos sertões. Não havendo estradas de rodagem, o cavalo exercia singular função na evolução econômico-social, tornando-se um meio de condução indispensável. Daí a preocupação com sua criação no Brasil (SIMONSEN, *op. cit.*). Essa expansão da pecuária pelo interior brasileiro atingiu, durante os dois primeiros séculos da colonização brasileira, poucas extensões de Cerrado. Em sua expansão, o gado chegou ao Maranhão, Piauí, ocupando também largas faixas dos sertões baianos. A invasão dos currais também atingiu o interior mineiro, através da subida do rio São Francisco, passou pelos vales do Tocantins e Araguaia. Mais tarde, a pecuária atuou dando um importante apoio à Mineração.

Esta última, por sua vez, representou um forte fator de ocupação do sertão. A descoberta de ouro no Brasil ocorre nos fins do século XVII, em interiores afastados e pouco habitados. A população dessas regiões, a princípio, era insuficiente para o desenvolvimento da mineração, e as zonas, de difícil acesso e sem recursos alimentares. Porém, com a fascinação da notícia da descoberta, decorridos os primeiros 25 anos, já se concentrava no Centro-Sul mais de 50% dos habitantes existentes no País em 1700. Assim, foram abertas as primeiras estradas do sertão e construídas as primeiras cidades do interior (SIMONSEN, *op. cit.*). Sabe-se que as primeiras descobertas em áreas brasileiras foram do chamado "ouro de aluvião". O processo de exploração deste iniciou-se nas areias e nos cascalhos dos rios. Os mineradores utilizavam-se de grandes pratos, pequenas gamelas ou bateias para extrair o material aurífero. Também costumavam desviar os cursos dos rios, ou separar trechos de seus leitos por uma



ensecadeira parcial, unida a uma das margens, para retirar o cascalho. Utilizavam ainda a cavadeira e o almocrafe no desprendimento deste (SIMONSEN, *op. cit.*). Para a extração mineral em profundidade, construíam-se poços e galerias nos seios dos morros, mas de pouca fundura e comprimento, dada a insuficiência de processos de escoamento, drenagem e ventilação de que se dispunha.

Com relação aos impactos dessa atividade para o Cerrado e todas as demais áreas onde se desenvolveu a mineração no século XVIII, pode-se dizer que os mais significativos estão relacionados aos recursos hídricos. A remoção das margens e encostas dos rios, assim como de camadas em seus leitos, provocaram assoreamento e erosão tão intensos que, em alguns casos, chegaram a impossibilitar a própria extração do ouro rio abaixo. O apogeu da produção brasileira ocorreu por volta de 1760, declinando rapidamente após esta data, devido ao esgotamento das jazidas (SIMONSEN, *op. cit.*). Com o fim da mineração, o empobrecimento da região foi inevitável, assim como também o foi a emigração. O Cerrado passou a ser ocupado pela criação de gado, atividade que já era desenvolvida no local, responsável por abastecer os mineradores. Além da Pecuária, desenvolveu-se também agricultura de subsistência. Assim, com o passar dos anos, a região permanece praticamente isolada das áreas mais populosas e economicamente desenvolvidas do Brasil.

## A expansão agropecuária do século XX

Até bem pouco tempo atrás as áreas do Sistema Biogeográfico dos Cerrados não eram valorizadas, e por isso, muito pouco habitadas. Segundo Barbosa (2003), as suas áreas mais ocupadas eram restritas ao subsistema de matas, áreas florestadas do sistema, que estão quase sempre associadas à melhor fertilidade natural. As demais áreas, que constituem as maiores dos sistemas, como o subsistema do Cerrado (*strictu sensu*), do campo, das veredas e ambientes alagadiços, eram ocupadas por um criatório extensivo, que tinha como suporte as pastagens nativas.

Como testemunhou Azis Ab'Saber, em 1946, durante sua primeira viagem ao Cerrado, as terras da região "obedeciam o mesmo padrão de ocupação de 200 anos atrás. (...) Poucos fazendeiros mantinham uma meia dúzia de cabeças de gado magro em enormes extensões de terra. Alguns agricultores cultivavam pequenas lavouras às margens dos rios" (BDT, 1995). A escassa população do Cerrado dependia do Sudeste para a maior parte de seu abastecimento alimentar. A região não era vista como área de potencial agrário (BDT, 1995). O contraste dessa descrição com a situação observada nos dias atuais é enorme. Hoje o Cerrado representa uma das áreas de maior potencial agrícola do País. Mas como ocorreu tamanha transformação?

A construção de Goiânia (1933) e posteriormente de Brasília (1960), vieram a contribuir muito para a modificação dos fatores até então estruturados (BARBOSA, 2003). As duas cidades foram planejadas no sentido de promover a ocupação do interior do País, que se encontrava até este momento praticamente despovoado. O ímpeto desenvolvimentista da época, associado à intenção de gerar uma integração entre esta região e o restante do País, se fez perceber nas obras que se seguiram. Paralelamente à construção da nova Capital, modernas rodovias são construídas e asfaltadas, destacando-se a rodovia BR-153 que corta longitudinalmente todo o Estado de Goiás, ligando-o ao Norte e ao Sul do país; a BR-020 em direção ao Nordeste, e a BR-040 ligando-o ao Sudeste. A instalação da nova Capital e a implantação da malha viária estimulam a vinda de migrantes de todo o país para a região (Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A., 1999).

No final dos anos 60 o Brasil, segundo Delgado (1985), é marcado por um período de intensa urbanização, crescente demanda por produtos agrícolas, e por modificações das suas exportações. Assim, inicia-se um alto investimento do Governo Federal na pesquisa agrônômica, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros, como a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa). Os resultados obtidos a partir de meados da década de 1960

transformaram os solos do Cerrado, de baixa fertilidade natural, em áreas de agricultura comercial - mecanizada - altamente produtiva, através da correção de acidez e da adubação química. A topografia predominantemente plana do Cerrado, facilitando a mecanização, associada à precipitação pluvial bem marcada em níveis adequados, com grande estabilidade do clima, transformaram o Cerrado em uma área de grande potencial agrícola. Além da alteração no que diz respeito à fertilidade do solo, com a utilização do calcário e a introdução do arado e dos sistemas mecânicos de desmatamento, houve também a substituição das pastagens nativas por espécies estrangeiras, fato este que modificou radicalmente o quadro pastoril (BARBOSA, 2003).

Os impactos ao meio ambiente causados por esse novo modelo de ocupação são muitos. Incluem-se entre esses o empobrecimento genético, empobrecimento dos ecossistemas, a destruição da vegetação natural, a propagação de ervas exóticas, a extinção da fauna nativa, a diminuição e compactação dos mananciais hídricos, a compactação e erosão dos solos, a contaminação química das águas e da biota, a proliferação de doenças desconhecidas... Sem contar na demanda de energia, que exige a formação de grandes reservatórios e usinas geradoras, acarretando entropias de alcance natural e social (BARBOSA, *op. cit.*).

Visado agora como uma área de indiscutível potencialidade, o Cerrado ganha incentivos econômicos, através de políticas governamentais, para ampliar sua fronteira agrícola. "Entre 1970 e o início da década de 80, o crédito subsidiado constituiu-se no pilar da política agrícola no Brasil, sendo que os agricultores modernos e politicamente mais influentes foram os que mais se beneficiaram dela" (BDT, 1995). Em 1975 é criado o Programa para Desenvolvimento do Cerrado, o POLOCENTRO. Tratava-se de um Programa de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária. Ele foi bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial no Cerrado. "Estima-se que entre 1975 e 1980, o programa tenha sido responsável pela incorporação direta de cerca de 2,4 milhões de hectares à agricultura" (BDT, 1995). O programa fixou como meta que 60% da área explorada pelas fazendas fossem cultivadas com lavouras, sendo o restante destinado a pastagens plantadas. Em 1976, tem-se início o Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, o PROCEDER. Criado para promover o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e Sul do país na região do Cerrado, o programa é financiado com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA). O principal instrumento do PRODECER é o crédito supervisionado, que prevê empréstimos fundiários, de investimento, de

cobertura de despesas operacionais e de subsistência do mutuário. O PRODECER não é um programa governamental, mas sim administrado por organização de direito privado, dirigida conjuntamente por executivos brasileiros e japoneses.

Com os incentivos na formação de pastagens plantadas e de lavoura comercial, várias culturas ganham expansão significativa no Cerrado. As lavouras mais importantes da região são soja, milho, arroz, café, feijão e mandioca. A soja foi a cultura que experimentou maior incremento. O milho representa 16% da produção nacional; o arroz, 13%, o café, 8%; o feijão, 11% e a mandioca, 5%. A produção de milho passou de 2,6 para 4,9 milhões de toneladas entre 1985 e 1994. Enquanto a produção cresceu 1,9 vezes a área cultivada expandiu-se apenas 1,2 vezes. Já o arroz sofreu queda de 2 para 1 milhão de toneladas entre 1985 e 1990, mas cresceu em 1994 para 1,8 milhões. A produtividade do arroz no Cerrado é baixa, e não consegue competir com o arroz irrigado do Rio Grande do Sul. Além disso, as novas técnicas de formação de pastagens plantadas no Cerrado dispensam o ciclo prévio de plantio de arroz. Com relação à produção de feijão, esta foi irregular, passando de 187 mil toneladas em 1985 para 331 mil em 1994 (BDT, 1995).

Mas sem dúvidas, a sojicultura é a que mais vem se desenvolvendo na região, promovendo modificações econômicas, políticas, sociais e ambientais. Virtualmente inexistente na década de 60, hoje ela representa cerca de um quarto da produção nacional de grãos. Desde a década de 70 a soja vem se alastrando pela região. No período de 1985-94, a produção dobrou de 4,1 para 8,8 milhões de toneladas, havendo um significativo ganho em produtividade, já que a área cresceu 1,8 vezes, enquanto que a produção mais que dobrou (BDT). E segundo dados da WWF, o Cerrado hoje corresponde por 45% dessa produção, que é de 32 milhões de toneladas. Muitos são os impactos ambientais gerados pelas lavouras em áreas de Cerrado. "No município de Uberlândia, Baccaro (1994; SHIKI, 1977) encontrou nada menos que 173 voçorocas ativas e 13 estabilizadas. Na bacia do ribeirão Uberabinha (Uberlândia) Schneider (In: SHIKI, 1997) aponta um preocupante avanço da cultura de soja sobre os covaais: dos 30 mil hectares formados por veredas, covaais e matas de galeria, em 1964, o plantio consorciado de soja-milho já havia ressecado, em 1994, um quinto do total. No Alto Paranaíba (MG), nos municípios de Monte Carmelo, Romaria e Nova Ponte, área de implantação do PRODECER I (Plano de Desenvolvimento do Cerrado) Baccaro localizou duas voçorocas na bacia do córrego Divisa e a descaracterização completa de 'murundus' (reservatórios naturais de água) em função das culturas anuais (BACCARO *et al.*, 1997, In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD – PROJETO BRA/94/016 - Contrato n. 139/98).

Outro problema ambiental da agricultura no Cerrado é a intensidade do uso de fertilizantes químicos, e sobretudo agrotóxicos, que acabam por poluir as bacias hidrográficas abastecidas pelos rios da região.

O Cerrado também é hoje uma importante região onde se desenvolve a Pecuária, e fazendas de criação extensiva e baixa produtividade coexistem com estabelecimentos modernos e eficientes. O crescimento da bovinocultura na região foi substancial, passando de 16,6 milhões de cabeças em 1970 para 38 milhões em 1985 (representando cerca de um terço do rebanho nacional), a uma taxa média anual de 3,6%. Este crescimento foi acompanhado por um avanço espetacular das pastagens plantadas que passaram de 8,7 milhões de hectares em 1970 para 31 milhões em 1985 (BDT, 1995). Dentre os problemas causados por essa atividade está o fato de que "nada menos que 80% das pastagens plantadas nos Cerrados brasileiros apresentam algum tipo de degradação, segundo a estimativa de Ailton Barcelos (1996, apud Shiki, 1997)". Nas situações de degradação de pastagens, os solos apresentam "sinais de desertificação, sobretudo em solos areno-quartzosos, não raras vezes densamente povoados de cupinzeiros e tomados por plantas infestantes como o assa-peixe, o capim amargoso, a vassourinha do curral, entre outros. Ravinas e voçorocas começam a fazer parte de uma paisagem outrora homogênea das gramíneas dominantes. Com a escassez de forragens, as áreas de pasto começam a se estender para dentro das matas de galeria, das veredas e dos covaais, afetando o sistema hídrico dos Cerrados. Em algumas regiões, pode-se observar o secamento de riachos e ribeirões no período das estiagens, o que tem levado muitos pecuaristas ao recurso da construção de açudes de reserva de água (SHIKI, 1997:149, In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD – PROJETO BRA/94/016 - Contrato n. 139/98).

Esta breve História Econômica do Cerrado, por fim, vem apenas confirmar que o quadro alarmante que se presencia hoje neste bioma teve início com a ocupação do homem branco na região, onde, a partir daí "quinze gerações mutilaram o ambiente que 550 preservaram" (BARBOSA, 2003). Mas sua destruição de fato se deu quase que totalmente nas últimas cinco décadas.

Alguns dos determinantes da ocupação recente do Cerrado brasileiro - dos anos 1960 até os dias atuais, passam pelo processo de modernização da agricultura brasileira e os principais instrumentos de política utilizados para que a agricultura brasileira entrasse em uma nova fase, dentre os quais a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e os programas de incentivo à incorporação produtiva do Cerrado, como o Polocentro e o Prodecet, além daqueles voltados para a abertura de estradas e a colonização pública e privada. No panorama da estrutura produtiva da região, a partir de

1975, existe um destaque para os principais produtos agropecuários (arroz, feijão, soja, milho, algodão e boi) e a agroindústria. Surge ainda o binômio soja-boi e a conformação do complexo grãos-carne em parte da região, incrementando a agroindústria com ênfase na indústria frigorífica, na indústria processadora de soja e no setor sucroalcooleiro. Ocorre um significativo crescimento populacional e a respectiva constituição da malha urbana da região, onde se destaca a importância da cidade no processo de desenvolvimento regional. O crescimento da região foi muito diferenciado inter-regionalmente, o que deu origem a uma malha urbana diferenciada segundo sua função. O crescimento populacional nas últimas três décadas, por sua vez, ocorreu ao longo dos principais eixos de transporte da região. Conclui-se que o meio natural influi sobre o processo de localização das atividades agropecuárias e suscita o debate acerca da necessidade de industrialização da região para que a mesma possa manter seu patamar de desenvolvimento e crescimento. Mostra-se que, diferentemente do que o censo comum supõe, o Cerrado é heterogêneo e seu desenvolvimento vem gerando disparidades regionais significativas - áreas muito desenvolvidas e áreas muito atrasadas -, cujo resultado pode ser verificado em alguma medida por meio da análise da rede urbana da região.

## IV - O Cerrado nos Territórios Indígenas

### *A - Quem são os povos indígenas cujo território tem Cerrado em sua constituição*

A tabela a seguir trata dos povos indígenas que têm Cerrado em seus territórios com dados reunidos sobre as terras indígenas, situação jurídico-administrativa, extensão, municípios-sede e diferentes graus de domínio de Cerrado, que estamos denominando de “incidência de Cerrado”. Para uma melhor compreensão, os povos e seus territórios foram divididos de acordo com a divisão dos estados do país.

As Terras Indígenas foram classificadas de acordo com o documento “Situação Jurídico-Administrativa das Terras Indígenas do Brasil”, atualizado em 24/04/06 pelo Conselho Indígena Missionário – CIMI e com informações da FUNAI.

Os resultados imediatos desse levantamento são: 83 povos indígenas em 216 terras indígenas, conforme apontado na tabela abaixo:

Estado	Povos	Quantidade de Povos	Quantidade de T <sup>is</sup>	Extensão de Terra Indígena
Amazonas	Kanamari, Maku, Tenharim, Apurinã,	4	5	1.405.457 *
Goiás	Avá-Canoeiro, Karajá, Tapuia	3	5	40.463
Maranhão	Gavião-Pykobjê, Guajajara, Canela-Apãnjekra, Canela-Ramkokamekra, Krikati	5	7	1.024.200
Mato Grosso	Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá, Kaiabi, Kisêdjê (Suyá), Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukwá, Naruvôtu, Tapayuna, Trumai, Waurá, Yawalapiti, Yudjá, Manairisu, Tchucahamãe, Mentuktire, Cinta Larga, Bororo, Karajá, Tapirapé, Pareci, Wuasusu, Nambikwara, Holotesu, Irantxe, Morcego, Katithauru, Negarotê, Menku, Enawenê Nawê, Bakairi	35	56	10.588.483 *
Mato Grosso do Sul	Terena, Guarani Kaiowá, Paraguassú, Guarani Nhandeva, Mboreguari, Mbaracajá, Kadiwêu, Kinikinaua, Ofayé-Xavante	9	97	730.858 *
Minas Gerais	Xakriabá, Kaxixó	2	3	53.213 *
Pará	Apalai, Wayana, Kayapó, Borari, Tapajó, Arapium, Jaraqui	3	3	1.269.327*
Rondônia	Makurap, Tupari, Aruá, Jabuti, Aruá, Kampé, Arikapu, Uru-Eu-Wau-Wau	8	2	1.423.255
Roraima	Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang,	4	28	2.947.632
São Paulo	Guarani e Terena	1	1	1.930
Tocantins	Xerente, Apinajé, Krahô, Javaé, Karajá, Ava Canoeiro, Tapirapé, Guarani, Krahô/Kanela	9	9	2.366.621 *
TOTAL		83	216	21.851.439
* Existem Terras Indígenas que não foram contabilizadas por estarem sem dados				

## 1 - Roraima

### 1.1 – Povo Makuxi

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Aningal	7.627	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Bom Jesus	859	Bonfim	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Boqueirão	16.354	Alto Alegre	Homologada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Cajueiro	4.304	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Jacamin	193.380	Bonfim e Caracáí	Homologada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Malacacheta	28.632	Bonfim	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Ouro	13.573	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Ponta da Serra	15.597	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Santa Inês	29.698	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Sucuba	5.983	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado



## 1.2 – Povo Wapixana

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Anaro	30.470	Boa Vista	Identificada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Ananás	1.769	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Mangueira	4.064	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Moskow	14.212	Bonfim	Homologada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Muriru	5.555	Bonfim	Homologada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Pium	4.608	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Serra da Moça	11.626	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Tabalascada	13.014	Cantá	Homologada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado

## 1.3 – Povos Makuxi, Taurepang, Wapixana e Ingarikó

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Raposa Serra do Sol	1.747.464	Boa Vista e Normandia	Homologada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado

## 1.4 – Povos Makuxi e Wapixana

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
São Marcos	654.110	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado.
Raimundão	4.276	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado.
Manoá/Pium	43.337	Bonfim	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Jabutí	14.210	Bonfim	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Anta	3.174	Alto Alegre	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Araçá	50.018	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Barata Livramento	12.883	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Canauanin	11.182	Bonfim	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado
Truaru	5.653	Boa Vista	Registrada	Esta terra indígena está inserida no Lavrado de Roraima, área caracterizada pela vegetação do Cerrado

## 2 - Pará

### 2.1 – Povos Apalai e Wayana

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Parque Indígena do Tumucumaque	3.071.067	Almerin, Oriximiná e Óbidos	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

### 2.2 Povo Kayapó

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Menkragnoti	4.914.255	Altamira, São Félix do Xingu, Peixoto de Azevedo e Matupá	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica
Kayapó	3.284.005	São Félix do Xingu e Ourilândia	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

## 3 - Rondônia

### 3.1 – Povos Makurap, Tupari, Aruá, Jabuti, Kampé, Arikapu

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Rio Branco	236.137	Costa Marques, Alta Floresta do Oeste e São Miguel do Guaporé	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

### 3.2 – Povo Uru-Eu-Wau-Wau

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Uru-Eu-Wau-Wau	1.187.118	Cacaulândia e outros	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

## 4 - Amazonas

### 4.1 – Povos Kanamari e Maku

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Maraã/ Urubaxi		Maraã	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

### 4.2 – Povo Tenharim

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Tenharim Marmelos	497.521 (gleba A) 473961 (gleba B)	Humaitá e Manicoré	Homologada e Identificada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica
Tenharim do Igarapé Preto	87.413	Manicoré	Homologada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

### 4.3 – Povo Apurinã

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Catitu	308.062	Lábrea	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica
Ciriquiqui	38.500	Pauini	Sem providências	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado em uma área predominantemente Amazônica

## 5 - Mato Grosso

### 5.1 – Povos Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá, Kaiabi, Kisêdjê (Suyá), Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukwá, Naruvôtu, Tapayuna, Trumai, Waurá, Yawalapiti, Yudjá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Parque Indígena do Xingu	2.642.003	São Félix do Araguaia, Canarana e outros	Registrada	A região Sul do Parque Indígena do Xingu é uma área de transição entre o Cerrado e a Amazônia

## 5.2 – Povo Manairisu

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Sararé	67.420	Pontes de Lacerda, e outros	Registrada	Área de transição de Cerrado com a Amazônia

## 5.3 – Povos Mentuktire

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Capoto/ Jarina	643.915	Peixoto de Azevedo e S.J. do Xingu	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado

## 5.4 – Povo Cinta Larga

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Parque do Aripuanã	1.603.246	Juina, Vilhena e Aripuanã	Registrada	Esta terra indígena possui manchas de Cerrado

## 5.5 – Povo Xavante

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
São Marcos	188.478	Barra do Garças	Registrada	Área contínua de Cerrado
TI Isou' pa	?	Água Boa, Capinópolis, Nova Xavantina	A identificar	Área contínua de Cerrado
Norotsurã	?	Água Boa, Campinópolis, Nova Xavantina	A identificar	Área contínua de Cerrado
Eterairebere	?	Campinópolis, N.S. Joaquim, S. A. do Leste	A identificar	Área contínua de Cerrado
Hu' uhi	?	Paranatinga	A identificar	Área contínua de Cerrado
Ubawawe	52.234	Novo São Joaquim	Registrada	Área contínua de Cerrado
Chão Preto	12.741	Campinópolis	Registrada	Área contínua de Cerrado
Sangradouro/Volta Grande	100.280	N.S. Joaquim, Gal. Gomes Carneiro e Poxoréu	Registrada	Área contínua de Cerrado
Pimentel Barbosa	328.966	Ribeirão Cascalheira e Canarana	Registrada	Área contínua de Cerrado
Pimentel Barbosa I e II	?	Ribeirão Cascalheira e Canarana	Sem providências	Área contínua de Cerrado
Areões	218.515	Água Boa	Registrada	Área contínua de Cerrado
Areões I	24.450	Água Boa	A identificar	Área contínua de Cerrado
Areões II	16.650	Água Boa e Cocalinho	A identificar	Área contínua de Cerrado
Parabubure	224.447	Campinópolis e Água Boa	Registrada	Área contínua de Cerrado

Parabubure II, III, IV e V	?	Campinápolis e Nova Xavantina	Sem providências	Área contínua de Cerrado
Marechal Rondon	98.500	Paranatinga	Registrada	Área contínua de Cerrado
Marãiwatsede	165.241	Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.6 – Povo Bororo

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Merure	82.301	Barra do Garças e General Carneiro	Registrada	Área contínua de Cerrado
Jarudore	4.706	Poxoréu	Registrada	Área contínua de Cerrado
Tadarimana	9.785	Rondonópolis	Registrada	Área contínua de Cerrado
Tereza Cristina	34.149	Santo Antônio Leverger	Declarada	Área contínua de Cerrado
Perigara	10.740	Barão de Melgaço	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.6 – Povo Karajá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
São Domingos	5.705	Luciara e São Félix do Araguaia	Registrada	Área contínua de Cerrado
Cacique Fontoura	32.069	Luciara e São Félix do Araguaia	Identificada	Área contínua de Cerrado
Karajá de Aruanã II	893.26	Cocalinho	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.7 – Povo Tapirapé

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Urubu Branco	167.533	Santa Terezinha, Confresa e Porto Alegre do Norte	Registrada	Área contínua de Cerrado
Tapirapé/ Karajá	66.166	Luciara e Santa Terezinha	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.8 – Povo Pareci

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Pareci	563.586	Tangará da Serra	Registrada	Área contínua de Cerrado
Utiariti	412.304	Campo Novo do Pareci e Sapezal	Registrada	Área contínua de Cerrado
Juininha	70.538	Pontes e Lacerda	Registrada	Área contínua de Cerrado
Estivadinho	2.032	Tangará da Serra	Registrada	Área contínua de Cerrado
Rio Formoso	19.749	Tangará da Serra	Registrada	Área contínua de Cerrado

Figueiras	9.859	Tangará da Serra, Pontes e Lacerda	Registrada	Área contínua de Cerrado
Uirapuru	?	Diamantino	A identificar	Área contínua de Cerrado

## 5.8 – Povo Wuasusu

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Taihantesu	5.362	Comodoro	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.9 – Povo Nambikwara

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Pequizal	9.887	Vila Bela de S. Trindade	Registrada	Área contínua de Cerrado
Vale do Guaporé	242.593	Vila Bela de S. Trindade e Comodoro	Registrada	Área contínua de Cerrado
Nambikwara	1.011.961	Comodoro	Registrada	Área contínua de Cerrado
Pirineus de Souza	28.212	Comodoro	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.8 – Povos Holotesu, Irantxe, Morcego e Pareci

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Tirecatinga	130.575	Sapezal	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.9 – Povo Katithauru

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Paukalirajausu	?	Pontes e Lacerda	A identificar	Área contínua de Cerrado

## 5.10 – Povo Irantxe

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Irantxe/ Manoki	252.000	Brasnorte	Identificada	Área contínua de Cerrado

## 5.11 – Povo Negarotê

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Lagoa dos Brincos	1.845	Comodoro	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.11 – Povo Menku

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Menku	47.094	Brasnorte	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 5.12 – Povo Enawenê Nawê

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Enawenê Nawê	742.089	Juina, Comodoro e C. N. dos Pareci	Registrada	Área contínua de Cerrado

### 5.13 – Povo Bakairi

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Santana	35.471	Nobres	Registrada	Área contínua de Cerrado
Bakairi	61.405	Paranatinga	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 6 - Goiás

### 6.1 – Povo Avá-Canoeiro

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Ava Canoeiro	38000	Colinas do Sul e Minaçu	Declarada	Área contínua de Cerrado

### 6.2 – Povo Karajá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Karajá de Aruanã I	14	Aruanã	Registrada	Área contínua de Cerrado
Karajá de Aruanã III	705	Aruanã	Registrada	Área contínua de Cerrado

### 6.2 – Povo Tapuia

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
TI Carretão I	1.666	Nova América e Rubiataba	Registrada	Área contínua de Cerrado
Carretão II	78	Nova América	Registrada	Área contínua de Cerrado

## 7 - Tocantins

### 7.1 – Povo Xerente

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Funil	15.704	Tocantínia	Registrada	Área contínua de Cerrado
Xerente	167.542	Tocantínia e Aparecida do R. Negro	Registrada	Área contínua de Cerrado

### 7.2 – Povo Apinajé

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Apinajé	141.904	Tocantinópolis, Maurilândia e São Bento	Registrada	Área contínua de Cerrado

### 7.3 – Povo Krahô

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
----------------	---------------	-----------	----------------	-----------------------



Kraholândia	302.533	Itacajá e Goiatins	Registrada	Área contínua de Cerrado
-------------	---------	-----------------------	------------	--------------------------

#### 7.4 – Povos Javaé, Karajá e Ava Canoeiro

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Boto Velho	377.113	Pium e Lagoa da Confusão	Homologada	Área contínua de Cerrado

#### 7.5 – Povos Javaé, Karajá, Ava Canoeiro e Tapirapé

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Parque do Araguaia	1.358.499	Pium, Formoso do Araguaia e Cristalândia	Registrada	Área contínua de Cerrado

#### 7.6 – Povos Karajá e Javaé

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Utaria Wyhyna Hirari	?	Pium, Lagoa da Confusão	A identificar	Área contínua de Cerrado

#### 7.7 – Povos Karajá e Guaraní

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Xambioá	3.326	Araguaína	Registrada	Área contínua de Cerrado

#### 7.8 – Povos Krahô/Kanela

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Kraho/Kanela	?	Cristalândia	A identificar	Área contínua de Cerrado

### 8 - Maranhão

#### 8.1 – Povo Gavião-Pykobjê

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Governador	41.644	Amarante	Registrada	Área de transição de Cerrado com Amazônia

#### 8.2 – Povo Guajajara

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Araribóia	413.288	Amarante do Maranhão e Arame	Registrada	Área de transição de Cerrado com Amazônia
Bacurizinho	82.432	Grajaú	Registrada	Área de transição de Cerrado

				com Amazônia
Cana Brava	137.329	Barra do Corda e Grajaú	Registrada	Área de transição de Cerrado com Amazônia

### 8.3 – Povo Canela-Apãnjekra

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Porquinhos	79.520	Barra do Corda	Registrada	Área de transição de Cerrado com Amazônia

### 8.4 – Povo Canela-Ramkokamekra

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Kanela	125.212	Barra do Corda	Registrada	Área contínua de Cerrado

### 8.4 – Povo Krikati

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Krikati	144.775	Montes Altos, Lageado Novo e Amarante	Homologada	Área contínua de Cerrado

## 9 - Mato Grosso do Sul

### 9.1 – Povos Terena, Guarani Kaiowá e Nhadeva

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Dourados	3.475	Dourados	Registrada	Área contínua de Cerrado

### 9.2 – Povo Guarani Kaiowá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Guaimbé	717	Ponta Porá	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Guasuty	959	Aral Moreira	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Jarará	479	Juti	Homologada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Amambai	2.429	Amambai	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Takapery	1.886	Coronel Sapucaia	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Sassoró	1.923	Tacuru	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Gua y viri	3.000	Dourados	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Guyraroka	11.401	Caarapó	Identificada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Jaguari	405	Amambai	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Jaguapiré	2.349	Tacuru	Homologada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Javaitari	8.800	Ponta Porã	Identificada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Arroio Cora	7.205	Paranhos	Identificada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

Lima Campo	9.300	Ponta Porá	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Nande Ru Marangatu	9.300	Antônio João	Homologada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Panambi	2.037	Douradina	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Panambazinho	1.272	Dourados	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Pirakuá	2.384	Bela Vista	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Rancho Jacaré	778	Ponta Porã	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Sassoró	1.923	Tacuru	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Sucuriy	500	Maracaju	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Aldeia Campestre	09	Antônio João	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Arivada Guasu	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Ava Tovilho	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Bakaiuva	?	Bela Vista	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Bocaja	?	Iguatemi	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Batelh'ie Botelha Guasu	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Buena Vista	?	Juti	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Cabeceira Comprida	?	Antônio João	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Cambaretã	?	Deodápolis	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Campo Seco	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Canta Galo	?	Amabai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Cerro Perón	?	Paranhos	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Che ru pai Kuê	?	Juti	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Chorro	?	Bela Vista	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Espadim	?	Paranhos	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Gua'ay	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Curupaity	?	Dourados	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Itaco'a	?	Itaporã	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Itapoá	?	Paranhos	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Japorã	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Jatei kue	?	Dourados	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Javevyry	?	Navirai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Jepopete	?	Itaporã	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

Juiu	?	Itaporã	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Jukeri	?	Laguna Carapã	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Ka'ajari	?	Amambaí	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kamba	?	Corumbá	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kaakaikue	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kaipuka	?	Coronel Sapucaia	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Km 20 Barrero Guasu	12.000	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kunumi Vera	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kurupa'y Voca	?	Navirai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kurupy	?	Navirai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Kurusu Amba	?	Amabai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Lagoa de Ouro	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Mabirijui	?	Navirai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Mbarakajá	?	Itaquirai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Mbaragui	?	Coronel Sapucaia	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Mboiveve Jety'ay	?	Amambaí	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Npuku	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Ouro Verde	?	Ponta Porã	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Poique	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Porto Desseado	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Pueblito Kue	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
São Lucas	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Samakuã	?	Amambaí	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
São Pedro	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Suvirando	?	Antônio João	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Gua'ay	?	Caarapó	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Yvyrapyraka	?	Antônio João	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Takuru Menby	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Takuapiry	?	Coronel Sapucaia	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Tangara'y Karanguata'y e kururu'y,	?	Tacuru	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Tapesu'aty	?	Paranhos	Sem	Área de transição de Cerrado

			providências	com Mata Atlântica
--	--	--	--------------	--------------------

### 9.3 – Povos Paraguassú e Guarani Kaiowá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Takwarity/ Ivykwarusu	2.609	Paranhos	Homologada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

### 9.4 – Povos Guarani Nhandeva e Kaiowá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Caarapó	3.594	Caarapó	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Porto Lindo	9.454	Novo Mundo, Iguatemi e Japorã	Declarada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Sete Cerros	8.585	Coronel Sapucaia	Homologada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

### 9.5 – Povo Guarani Nhandeva

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Potrero Guaçu	4.025	Paranhos	Declarada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Sombrerito	15.000	Sete Quedas	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

### 9.6 – Povo Terena

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Água Limpa	?	Rochedo	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Aldeinha	04	Anastácio	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Buriti	17.200	Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia	Identificada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Buritinho	010	Sidrolândia	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Cachoeirinha	36.288	Miranda	Identificada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Limão Verde	5.370	Aquidauana	Homologada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Nioaque	3.029	Nioaque	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Nossa Senhora de Fátima	100	Miranda	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Pilad Rebua	208	Miranda	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

### 9.7 – Povos Mboreguari, Mbaracajá e Guarani Kaiowá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Laguna Vera	?	Amambai	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

## 9.8 – Povos Kadiwéu, Kinikinaua e Terena

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Kadiwéu	538.536	Porto Murtinho	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

## 9.9 – Povo Kinikinaua

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Kinikinaua	?	?	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

## 9.10 – Povos Terena e Kinikinaua

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Lalima	3.000	Miranda	Registrada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

## 9.11– Povo Guarani

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Lucero	?	Coronel Sapucaia	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica
Portrerito	?	Paranhos	Sem providências	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

## 9.12 – Povo Ofayé-Xavante

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Ofayé-Xavante	1937	Brasilândia	Declarada	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

# 10 - Minas Gerais

## 10.1 – Povo Kaxixó

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Kaxixó	?	Martinho Campos	A identificar	Área de transição de Cerrado com Mata Atlântica

## 10.2 – Povo Xakriabá

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Xakriabá	46.415	São João das Missões	Registrada	Área de transição do Cerrado com a Caatinga
Xakriabá Rancharia	6.798	São João das Missões	Registrada	Área de transição do Cerrado com a Caatinga

## 11 - São Paulo

### 11.1 – Povos Guarani e Terena

Terra Indígena	Extensão (há)	Município	Situação atual	Incidência de Cerrado
Araribá	1.930	Avai	Registrada	transição

## **B – Caracterização de cada povo**

A caracterização de cada povo abrangerá os seguintes critérios de análise:

- Nome e língua
- Localização
- População
- Atividades produtivas
- Situação da Terra Indígena e Entorno.

Considerando a diversidade da realidade indígena brasileira, as categorias acima apresentadas nem sempre seguem o mesmo padrão, podendo haver diferenças quanto às informações de acordo com o contexto e importância das mesmas e disponibilidade de fontes adequadas. Muitas dessas lacunas somente serão preenchidas com a diversificação de fontes secundárias pesquisadas e detalhamento de informações das organizações indígenas e indigenistas sobre as situações locais

Para a caracterização dos povos, a divisão foi feita de acordo com os estados da federação. Os seguintes estados foram contemplados com a incidência de Cerrado: Roraima, Pará, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Nesta ordem, será feita a apresentação das características de cada povo.



## 1 – Roraima

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Ingarikó	Nome de origem macuxi: “Gente da mata espessa”. Filiação lingüística: Karib.	Roraima (Parque Nacional Monte Roraima, município de Uiramutã) Guiana e Venezuela.	Roraima: 674 (1997) Guiana: 4.000 (1990) Venezuela: 728		
Macuxi	Pemon é a unidade étnica mais abrangente. Filiação lingüística: Karib.	Extremo norte de Roraima e Guiana.	Roraima: 19.000 Guiana: 9.500 (aprox.)	Agricultura, caça, pesca e coleta.	Distribuição espacial em várias aldeias e habitações isoladas. Fronteiras étnicas tênues.
Taurepang	Outros nomes: Taulipang, Pemon e Arekuna.  Língua: Karib.	Roraima (região do Lavrado) e Venezuela.	Roraima: 532 (1998) Venezuela: 20.607 (1992).	Agricultura, caça, pesca e coleta.	Expansão da pecuária desde o início do século XX. Presença não indígena com a construção da BR-174 e implantação de linha de transmissão de energia.
Wapixana	Outros nomes: vapidiana, wapisiana, wapishana.  Língua: Karib.	Roraima (região do Lavrado) e Guiana.	Roraima: 6.500 (2000) Guiana: 4.000 (1990)		

## 2 - Pará

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Kayapó	<p>Kayapó, “aqueles que se assemelham aos macacos”, é uma nomeação feita por outros grupos.</p> <p>Mebêngôkre é a autodenominação</p> <p>Tronco lingüístico: Jê.</p>	Pará	6.300 (2000)		
Aparai e Wayana	<p>Apalai, também conhecidos como: Appirois, Aparathy e Apareilles. Wayana, também conhecidos como: Ojana, Ajana, Aiana, Ouyana, Uajana.</p> <p>Línguas:aparaí e wayana.</p>	Pará, Guiana Francesa e Suriname.	<p>Pará: 415</p> <p>Guiana Francesa: 800</p> <p>Suriname: 400.</p>	Agricultura, caça, pesca e coleta.	

### 3 – Amazonas

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Kanamari	Tukuna (“gente”) é a auto-denominação.  Família lingüística: Katukina.	Alto-médio rio Juruá, alto Itaquai (afluente do rio Javari), médio Javari e Japurá.	1.645 aprox. (2006)	Caça e coleta.	Presença de não indígenas, processo de ruptura da endogamia dos subgrupos.
Maku	Subdivididos em seis grupos: Nukak, Bara, Hupda, Yuhupde, Dow e Nadob.	Rio Guaviare (a noroeste), rio Negro (ao norte), rio Japurá (ao sul) e rio Uneiuxi (a sudeste).	3.000 aprox.	Agricultura e caça.	Concentração espacial das aldeias (povoado-missão), sedentarização, adensamento populacional, desabastecimento de caça, crises periódicas de fome, introdução do gado.
Tenharim	Três grupos indígenas pertencentes a um conjunto mais amplo de povos, os Kagwahiva.  Família lingüística:	Médio rio Madeira, rio Sepoti e Igarapé Preto.	409 aprox.	Agricultura, caça, pesca e coleta	Forte articulação política para intermediar as relações econômicas.

	Tupi-Guarani.				
Apurinã	<p>Popukare é a auto-denominação.</p> <p>Família lingüística: Maipure-Aruak, do ramo Purus.</p>	<p>Baixo rio Purus, municípios Boca do Acre, Pauini, Lábrea, Tapauá, Manacapuru, Beruri, Manaquiri e Manicoré até Rondônia.</p>	4.057 aprox. (2003)		<p>Formação de associações reivindicando a regulamentação de áreas tradicionais. Invasão das fazendas que margeiam a BR-317, poluindo as cabeceiras dos igarapés e consequente escassez de pesca e caça. Pressões para retirada de madeira. Iminência de asfaltamento da estrada que passa dentro da TI.</p>

#### 4 - Mato Grosso

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá,	Família Tupi-Guarani (tronco tupi): Kamayurá e	Parque Indígena do Xingu.	Aweti: 138 Kalapalo: 417 Kamaiurá: 355	Agricultura e pesca as principais atividades produtivas,	Invasões de pescadores e caçadores, avanço das madeireiras,

Kaiabi, Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukwá, Naruvôtu, Tapayuna, Trumai, Waurá, Yawalapiti e Yudjá.	<p>Kaiabi.</p> <p>Família Juruna (tronco tupi): Yudjá.</p> <p>Família Aweti (tronco tupi): Aweti.</p> <p>Família Aruak: Mehinako, Wauja e Yawalapiti.</p> <p>Família Karib: Ikpeng, Kalapalo, Kuikuro, Matipu e Nahukwá.</p> <p>Família Jê (tronco Macro-Jê): Suyá.</p> <p>Língua não classificada em família: Trumai.</p>		<p>Kuikuro: 415</p> <p>Matipu: 119</p> <p>Mehinako: 199</p> <p>Nahukwá: 105</p> <p>Trumai: 120</p> <p>Wauja: 321</p> <p>Yawalapiti: 208</p> <p>Ikpeng: 319</p> <p>Kaiabi: 745</p> <p>Yudjá: 248</p> <p>Suyá: 334</p> <p>4.043 aprox. (2002)</p>	enquanto a caça e a coleta desempenham um papel secundário.	<p>ocupação predatória do entorno por fazendas monoculturas e de criação de gado.</p> <p>Rodovias BR-163 e BR-158 como eixos de ocupação.</p>
Cinta Larga	<p>Nomeação designada pelos regionais.</p> <p>Família lingüística: Tupi Monde, tronco Tupi.</p>	<p>Mato Grosso e Rondônia nas imediações do rio Juruena, rio Juina Mirim, rio Aripuanã, Tenente Marques, Capitão Cardoso, Eugênia, Amarelinho,</p>	1.300 (2003)	Agricultura, pesca, caça e coleta.	Histórica invasão de garimpeiros e madeireiros.

		Guariba, Branco do Aripuanã e Roosevelt.			
Xavante	Autodenominação: Akwe. Constitui com os Xerente do Tocantins o ramo Acuen.  Família lingüística: Jê.	Região da Serra do Roncador e pelos vales dos rios das Mortes, Culuene, Couto de Magalhães, Botovi e Garças.	9.602 (2002)		
Bororo	Bororo, “pátio da aldeia”, denominação oficial. Também identificados como: Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos da Campanha, Bororos Cabaçais, Bororos Ocidentais/Orientais. Autodenominação: Boe.  Tronco linguístico: Macro-Jê.	Bolívia, a oeste; centro-sul de Goiás, ao leste; margens da região dos formadores do rio Xingu, ao norte; proximidades do rio Miranda, ao sul.	1.024 (Missão Salesiana, 1997).	Agricultura, pesca, caça e coleta.	Incidência de invasões e intenso conflito fundiário.
Tapirapé	Família linguística: Tupi-	Brasil Central.	501 (Funasa, 2003)	Agricultura, pesca, caça e coleta.	Forte depopulação a partir dos

	Guarani				anos 50 e 60. Conflitos interétnicos.
Pareci	Outras denominações: Paresi e Haliti. Língua: Aruák.		1.293 (1999)		
Nambikwara	Outras denominações: Anunsu e Nhambiquara.  Língua: Nambikwara.	Oeste de Mato Grosso e sul de Rondônia. Região da Chapada dos Parecis, Serra do Norte e Vale do Guaporé. Entre os afluentes dos rios Juruena e Guaporé, cabeceiras dos rios Ji-Paraná e Roosevelt.	1.145 (1999)		
Iranxe	Outras denominações: Irantxe; subgrupos: Myky, Munku e Menki.  Autodenominação: Manoki.	Oeste do Estado do Mato Grosso, município de Brasnorte, na região do rio Cravari e às margens do rio Papagaio.	326 (2000)	Agricultura. A caça, pesca e coleta são atividades secundárias.	Forte depopulação. Aumento da antropização regional impactando as atividades de caça, pesca e coleta. Presença de empreendimentos agropecuários.

Enawenê Nawê	Família linguística: Aruák.	Noroeste do Mato Grosso, vale do rio Juruena.	320 (2000)	Agricultura, pesca e coleta.	
Bakairi	Autodenomi nação: Kurâ, “gente, ser humano”.  Família linguística: Karib.	Parte localizada no município de Paranatinga, à margem direita do rio Paranatinga ou Telles Pires. Parte localizada no município de Planalto da Serra.	898 (Taukane, 1999).	Agricultura e pesca são as atividades principais. Caça e coleta são complem entares.	
<p>Fontes: <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/xavante/xavante.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/xavante/xavante.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/bororo/bororo.shtml">www.socioambiental.org/pib/epi/bororo/bororo.shtml</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/verbetinho/comfoto/pareci.htm">www.socioambiental.org/pib/epi/verbetinho/comfoto/pareci.htm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/manoki/manoki.html">www.socioambiental.org/pib/epi/manoki/manoki.html</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/enawene/enawene.htm">www.socioambiental.org/pib/epi/enawene/enawene.htm</a></p>					

## 5 – Goiás e Tocantins

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Tapuia	Denominação advinda dos regionais,	Estado de Goiás, municípios de	235 (1998)		Intensos conflitos funditários



	não designando uma etnia.	Rubiataba e Nova América, entre o Ribeirão Carretão e a Serra Dourada.			
Avá-Canoeiro	Denominação surgida na década de 1970, no século XIX eram denominados Carijó. Família linguística: Tupi-Guarani, do tronco Tupi.	Estado de Goiás, municípios de Minaçu e Colinas do Sul. Estado de Tocantins, às margens do rio Javaé, na ilha do Bananal, nos municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Sandolândia e Pium.	Contactados : 15, não contactados estimados em 25.	Agricultura, caça e coleta.	Constantes invasões por retireiros e pequenos criadores de gado.
Xerente	Autodenominação: Akwe. Formam com os Xavante o ramo central das sociedades de língua Jê. Família linguística: Jê.	Estado do Tocantins, leste do rio Tocantins, 70 km ao norte de Palmas.	1.800	Agricultura, caça e coleta.	Presença de projetos de desenvolvimento, tais quais: PRODECE R III, Hidrelétrica de Lageado, Hidrovia Araguaia-Tocantins. Pressão para pavimentação das estradas que cortam o território.

Apinajé	Classificados como Timbiras Ocidentais.  Tronco linguístico: Jê.	Estado do Tocantins, nos municípios de Tocantinópolis, Itaguatins e São Bento, região compreendida pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins.	1.565 (Funasa, 2004)	Agricultura, caça e pesca.	Circundada por áreas urbanas e fazendas monocultoras, resultando impactos e pressão sobre os recursos naturais.
Krahô	Classificados como Timbiras Ocidentais, resultaram da junção de duas etnias: os Pãrecamekra e os Mãcamekra.  Tronco linguístico: Jê.	Estado de Tocantins, nos municípios de Goiatins e Itacajá.  Localizados na bacia do rio Tocantins, entre o rio Manoel Alves e o rio Vermelho.	2.760 (Funasa, 2005)	Agricultura, caça e coleta.	Circundada por fazendas monocultoras e de criação de gado.
Javaé	Um dos três subgrupos em que se dividem os índios Karajá. Autodenominação dos três subgrupos: Iny, “gente”, ou Itya Mahãdu, “povo do meio”.  Tronco	Estado do Tocantins, no vale do rio Araguaia	850 (FUNAI, 1999).		

	linguístico: Macro-Jê.				
Karajá	<p>Karajá, nome tupi que significa “macaco grande”. Auto-denominação: Iny.</p> <p>Tronco linguístico: Macro-Jê. A família Karajá se divide em três linguas: Karajá, Javaé e Xambioá.</p>	Estado do Tocantins, vale do rio Araguaia, na ilha do Bananal.	<p>Subgrupo Karajá: 1.5000 (Braggio, 1997);</p> <p>Subgrupo Javaé: 841 (Braggio, 1997);</p> <p>Subgrupo Xambioá: 202 (Braggio, 1997).</p>	Agricultura, pesca e coleta.	Possíveis impactos com a construção da Hidrovia Tocantins-Araguaia.
<p>Fontes: <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/xerente/sub.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/xerente/sub.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/apinaje/pop.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/apinaje/pop.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/javae/javae.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/javae/javae.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/karaja/aspectos.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/karaja/aspectos.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/ava/ava.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/ava/ava.shtm</a></p>					

## 6 – Maranhão

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Gavião Pykobjê	Povo da família Timbira.	Sudoeste do Estado do Maranhão, na micro-região de Imperatriz, município de Amarante.	955 (Funasa, 2005).		<p>Apresenta problemas ambientais: diminuição da oferta de caça, escassez de água e peixe</p> <p>A TI é atravessada por uma</p>

					<p>estrada de rodagem municipal. Presença de indústria madeireira na região de Imperatriz, explorando a área indígena.</p> <p>Incidência de invasões de caçadores.</p>
Guajajara	<p>Autodenominação: Tenetehára, “somos os seres humanos verdadeiros” . A denominação o guajajara, “donos do cocar”, foi dada provavelmente pelos Tupinambá.</p> <p>Família lingüística: Tupi-Guarani.</p>	Centro do Estado do Maranhão, na região dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua.	13.100 (Funai, 2000).	Agricultura, pesca, caça e coleta.	Grandes impactos provenientes do Programa Grande Carajás. Comercialização predatória dos recursos naturais a madeiras e caçadores.
Canela Apãjekrá e Canela Rãkokamekrá	Compõem as cinco nações remanescentes dos Timbira Orientais.	Região da serra das Alpercatas nas imediações dos municípios de Fernando Falcão, Grajaú e Barra do Corda.	<p>Apãjekrá: 458 (Funai, 2000).</p> <p>Rãkokamekrá: 1337 (Crocker e Pareshi, 2001).</p>	Agricultura	Impacto ambiental decorrente da agricultura mecanizada de soja e arroz na região, eliminando a cobertura vegetal e

					causando processos de erosão.
Krikati	Autodenominação: Kricatijê, “aqueles da aldeia grande”.	Sudoeste do Estado do Maranhão, nos municípios de Montes Altos e Sítio Novo.	815 (Funasa, 2005)		Conflitos em torno da linha de transmissão da Eletronorte. Exploração madeireira, caça e pesca clandestina.
<p>Fontes: Acervo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)</p> <p><a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/guajajar/sitcomt.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/guajajar/sitcomt.shtm</a></p> <p><a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/canela/aspectos.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/canela/aspectos.shtm</a></p>					

## 7 – Mato Grosso do Sul

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Terena	Família lingüística: Aruak	Território descontínuo, abrangendo os municípios de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo.	13.629 (Funasa, 2001)	Agricultura, pecuária, caça, pesca e coleta. Aumento do trabalho temporário nas fazendas que circundam a TI, e crescente número de mulheres empregadas no serviço doméstico em centros urbanos regionais.	Amplas áreas de vegetação ainda preservadas.
	Autodenominação	Região sul	Kaiowa:	Agricultura	Contínua

Guarani Kaiowá e Nhandeva	<p>nação: tavyterã ou pai-taviterã, “habitante do povo da verdadeira terra futura”. Kaiowa decorre do termo Ka’á o Gua, “os que pertecem à floresta alta/densa”. Os Nhandeva é um subgrupo também denominado Ava-Chiripa ou Ava-Guarani.</p> <p>Família lingüística: Tupi-Guarani, tronco lingüístico Tupi.</p>	do Mato Grosso do Sul. Território que se estende, ao norte, até os rios Apa, Dourados e Ivinhema; ao sul, até a Serra de Mbarakaju e os afluentes do rio Jejui. Ao lado da cordilheira do Amambaí. Faz fronteira, ao norte, com os Terena, e ao leste e sul com os Guarani Mbya e como os Guarani Nhandeva.	entre 18.000 e 20.000 Nhandeva: entre 8.000 e 10.000 Mbya: entre 5.000 e 6.000.	é a principal atividade econômica, mas apreciam e praticam sempre que possível a caça e a pesca.	desapropriação das terras guarani desde meados da década de 1920. Expressivo deslocamento, fugindo das áreas ecologicamente descaracterizadas e da hostilidade dos brancos, culminando num processo de reivindicações fundiárias.
Kadiwéu	Família lingüística: Guaikurú, na qual se incluem os povos Toba (Paraguai e Argentina), os Emók (Paraguai), os Mocoví (Argentina), os Abipón (extintos) e os Payaguá (extintos).	Originários do lado ocidental do rio Paraguai. Atualmente o território se localiza, em parte, no Pantanal natogrossense, no município de Porto Murtinho. Tem como limites os rios	1.592 (FUNAI, 1999)		Arrendamento de terras para pecuaristas, tornando-se tais taxas a principal fonte de subsistência da maioria dos grupos familiares. O volume de gado dos arrendatários causou modificação

		Paraguai e Nabileque, a oeste; a Serra da Bodoquena, a leste; o rio Neutaka, ao norte e o rio Aquidavão, ao sul.			s ambientais profundas. O processo de despejo dos fazendeiros teve início em 1993, desde então, 70% dos fazendeiros foram despejados.
Kinikinawa	Autodenominação: Koinukonoe n.  Família lingüística: Aruak.	Porção ocidental do Mato Grosso do Sul. Grande concentração do grupo habitando ao sudeste da RI Kadiwéu, município de Porto Murtinho.	250 (2005)	Agricultura e crescente comercialização de suas cerâmicas na cidade de Bonito.	Históricamente confundidos com os Terena, vêm em busca do reconhecimento oficial enquanto um povo Kinkiwá e de seu território tradicional.
Ofayé Xavante	Autodenominação: Opaíé ou Ofaié.  Xavante é a denominação proveniente de não indígenas, fazendo referência à região habitada de vegetação de savana.  Tronco lingüístico: Jê.	Município de Brasilândia.	62 (2005)	Caça, pesca e coleta. Algumas atividades são dificultadas por se encontrarem em regiões correspondentes a propriedades privadas.	Alvo de projetos de fomento para atividades produtivas e de infraestrutura, com recurso proveniente de um Termo de Ajustamento de Conduta, administrados pelo órgão IDATERRA. Há constantes reclamações por parte dos

					indígenas acerca da falta de transparência na aplicação dos recursos.
<p>Fontes: <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/terena/terena.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/terena/terena.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/guarani_kaiowa/guaranikaiowa.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/guarani_kaiowa/guaranikaiowa.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/kadiweu/kadiweu.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/kadiweu/kadiweu.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/kinikinau/kinikinau.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/kinikinau/kinikinau.shtm</a>  <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/ofaie/ofaie.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/ofaie/ofaie.shtm</a></p>					

## 8 – Minas Gerais

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Kaxixó	Perda da língua materna ao longo do contato com a sociedade envolvente. Atualmente a língua falada é o português.	Margens do rio Pará, nos municípios de Martinho Campos e Pompeu. Parte do grupo vive nas localidades: Capão do Zezinho, Pindaíba e Fundinho.	480		Há mais de 17 anos lutam pela demarcação de suas terras.
Xakriabá	Perda da língua materna ao longo do contato com a sociedade envolvente. Atualmente a língua falada é o	Norte de Minas Gerais, no vale do São Francisco, no município de São João das Missões	8.000		Reinvidicam a revisão dos limites de suas terras, atualmente somadas em 51.900 hectares. Sofrem as consequências



	português.  Pertenciam ao tronco lingüístico Macro-Jê.				da seca que atinge a região.
Fontes: <a href="http://www.cimi.org.br/?system=news&amp;action=read&amp;id=917&amp;eid=288">www.cimi.org.br/?system=news&amp;action=read&amp;id=917&amp;eid=288</a> <a href="http://www.cimi.org.br/?system=news&amp;action=read&amp;id=910&amp;eid=288">www.cimi.org.br/?system=news&amp;action=read&amp;id=910&amp;eid=288</a>					

## 9 - São Paulo

	Nome e Língua	Localização	População	Atividades Produtivas	Situação TI e entorno
Guarani Mbya	Guarani é uma denominação proveniente dos cronistas dos séculos XVI e XVII para os grupos de mesma língua que se encontravam na costa atlântica até o Paraguai. Mbya, “gente” ou “muita gente num só lugar”.	Região oriental do Paraguai, nordeste da Argentina e Uruguai. Litoral brasileiro nos estados do sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.	População guarani no Brasil é estimada em torno de 34.000 Paraguai: 21.000 Argentina: 4.000	Agricultura e caça, esta última, de forma esporádica.	Das 60 aldeias localizadas nas faixas litorâneas dos estados, apenas 16 aldeias tiveram suas áreas demarcadas e homologadas. Desde 1980, intensos conflitos fundiários decorrentes do crescimento de projetos imobiliários e da construção da rodovia Rio-Santos.
Fonte: <a href="http://www.socioambiental.org/pib/epi/guaranimbya/mbya.shtm">www.socioambiental.org/pib/epi/guaranimbya/mbya.shtm</a>					

## **C. O mapa do Cerrado nas Terras Indígenas**

O mapa do Cerrado nas Terras Indígenas foi uma tentativa de unir informações sobre as terras indígenas e a área de Cerrado que cobre o território brasileiro. Entendemos que este mapeamento é um processo que deve envolver diversos atores em sua concepção e elaboração. Portanto, a proposta que estamos encaminhando é uma proposta inicial, que foi realizada para dar subsídios a uma discussão mais ampla a respeito das terras indígenas que possuem Cerrado em sua constituição.

Utilizamos duas bases principais para a elaboração do mapa: a base de terras indígenas da FUNAI e uma base do bioma Cerrado do IBGE de 1997. A princípio tivemos alguns questionamentos na elaboração do mapa que, de certa forma, nortearam toda nossa ação.

A primeira dúvida se referiu a base de Cerrado que seria utilizada para o mapa. Sabemos que o Cerrado é um bioma caracterizado por uma grande área central, mas também está disperso por várias outras regiões do país em seus chamados “enclaves”. Encontramos enclaves de Cerrado em Roraima, Amazonas, Pará, Rondônia, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Piauí. Além disso, o Cerrado possui suas tão características áreas de transição com outros biomas, como a transição com a Amazônia, explicitada nos estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Em transição com a Mata Atlântica temos os estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Minas Gerais também marca a transição de Cerrado com a Caatinga, e o estado da Bahia também faz parte dessa transição. Por toda essa diversidade resolvemos que não seria proveitoso considerar apenas a área central do Cerrado brasileiro para buscar informações sobre povos indígenas que tenham relação com esse bioma. Nossa intenção era possibilitar que o mapeamento fosse o mais abrangente possível, por isso decidimos incluir todas as incidências de Cerrado que coincidissem com terras indígenas no país.

Decisão tomada, mas as dúvidas permaneciam. Por exemplo, algumas terras indígenas são predominantemente amazônicas, mas encontrávamos uma parcela pequena de um enclave de Cerrado em algumas dessas terras. Deveria permanecer no mapeamento? Seria insignificante? Como poderíamos saber se aquela pequena parcela de Cerrado era importante para aquele povo indígena que, pelo menos aparentemente, parecia ser muito mais ligado à vegetação amazônica? Mais uma vez optamos por apostar na inclusão, acreditando que, futuramente, os próximos estudos podem trazer respostas mais detalhadas sobre os questionamentos iniciais de nosso trabalho. As

mesmas dúvidas também foram evidenciadas em algumas áreas de transição. O Parque Indígena do Xingu- PIX, por exemplo. Oficialmente o Parque do Xingu está localizado na porção sul da Amazônia brasileira. Ao sul o Parque Indígena possui savanas e florestas semidecíduais, o que caracterizaria sua transição para o Cerrado. Mas que povos deveríamos incluir nessa caracterização, todos? Deveríamos incluir somente a parte sul do PIX em nosso mapeamento? Quais seriam as fronteiras que delimitariam onde é Cerrado, onde não? Optamos por incluir todo o PIX em nosso mapeamento, sabendo que poderíamos correr o risco de cometer um exagero. Entendemos que somente com um trabalho com maior conhecimento de campo poderíamos tomar decisões mais acertadas sobre esse caso.

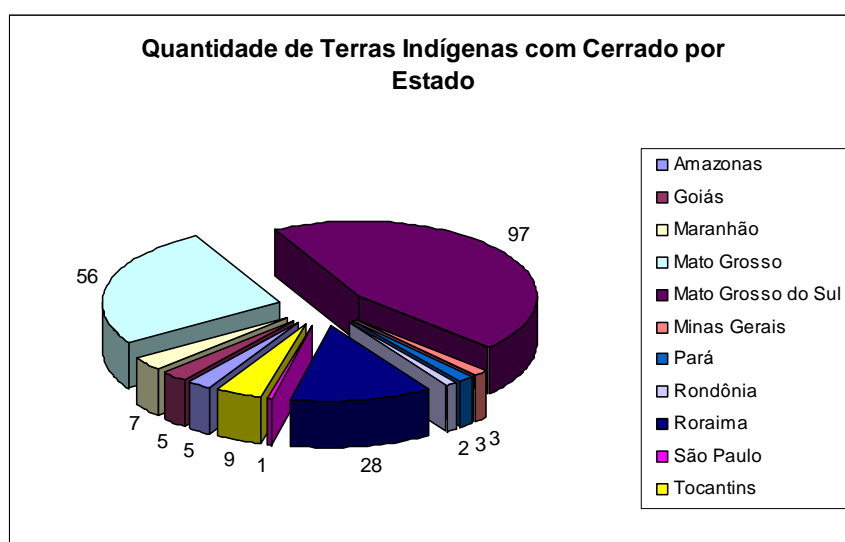
O Estado de Roraima é outro caso que merece especial atenção. Sua vegetação é marcada por uma extensa área de florestas tropicais e uma porção significativa de savanas amazônicas que são conhecidas regionalmente como Lavrado. Consideramos, em nosso mapeamento, o lavrado como um enclave de Cerrado. Para os povos indígenas que habitam essa região, o lavrado é um ambiente extremamente importante. Como enfatizar a importância do lavrado no mapeamento? Deveríamos ter dado um destaque específico ou deixá-lo enquadrado na categoria enclave? Optamos por deixar o Cerrado de Roraima na categoria enclave e considerar essa área como prioritária para estudos futuros sobre o Cerrado nos territórios indígenas.

Depois que definimos abranger toda a área de Cerrado brasileira, enfrentamos outros problemas. Em algumas regiões do país a área de Cerrado pode até existir oficialmente, mas de fato são regiões cuja vegetação nativa já foi extirpada há muitos anos. Deveríamos manter aquelas terras como terras no Cerrado? As terras indígenas em Minas Gerais exemplificam bem essa dúvida.

O processo de emergência étnica ou etnogênese que tem acontecido com maior destaque no Nordeste brasileiro, mas também em outras regiões mais antigas de colonização, também gera influência sobre o mapeamento das terras indígenas que possuem Cerrado em sua constituição. Em Minas Gerais, conseguimos poucas informações oficiais sobre terras e povos indígenas, mas extra-oficialmente soubemos de vários povos que têm lutado pelo seu reconhecimento e por seus territórios. Infelizmente não conseguimos abarcar a diversidade que gostaríamos desses povos, mas entendemos que esse também é um ponto que deve ser trabalhado com maior detalhe em pesquisas mais profundas sobre o Cerrado em algumas regiões do Brasil.

A situação fundiária de algumas terras indígenas também foi um ponto de conflito de nosso mapeamento. A base cartográfica das terras indígenas que tivemos acesso foi a base da FUNAI. Essa base trabalha apenas com as terras que já iniciaram

seu processo de regularização fundiária. Em alguns estados do país, como no Mato Grosso do Sul, muitas terras indígenas ainda não iniciaram seu processo de regularização, mas isso não significa que não existam muitas terras com situação fundiária pendente nessa região. Identificamos, a partir de dados de organizações não governamentais, mais de 60 terras indígenas cujo processo de regularização ainda não foi iniciado. Essas terras são classificadas como “terras sem providências” e elas não foram computadas no mapa da FUNAI e, portanto, também não estão presentes em nosso mapeamento. Sabemos que essa situação representa um dado muito importante de ser registrado e também deverá ser trabalhado de maneira mais efetiva em um levantamento mais específico. O gráfico abaixo aponta com expressividade a situação do Mato Grosso do Sul. Grande parte dessas terras indígenas não teve o seu processo de regularização fundiária iniciado.



O mapa do Cerrado nos territórios indígenas apresenta os seguintes dados:

- 1 – Terras Indígenas
- 2 – Terras Indígenas que estão em área de Cerrado contínuo
- 3 – Terras Indígenas no Cerrado em transição
- 4 – Terras Indígenas com enclaves de Cerrado
- 5 – Cerrado.

## D. Organizações e/ou associações indígenas e indigenistas

### 1 – Roraima

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associação dos Povos Indígenas de Roraima APIRR Povos: Makuxi, Taurepang, Wapixana	Rua Carlos Natrodt, 928 69309-250 Boa Vista - RR	95/3625-6942/4971 95/3627-7022 95/3625-6942 95/9114-6808
Associação Regional Indígena do Rio Kinô, Cotingo e Monte Roraima - ARIKON Povo: Makuxi	Rua Z 2, 1857 69312-200 Boa Vista RR	
Conselho Indígena de Roraima - CIR Povos Ingarikó, <a href="#">Makuxi</a> , Patamona, <a href="#">Taurepang</a> , <a href="#">Wapixana</a> , <a href="#">Waimiri</a> , <a href="#">Atroari</a> , <a href="#">Waiwai</a> , <a href="#">Yanomami</a> , <a href="#">Yekuana</a>	Av. Sebastião Diniz, 2630 69303-120 Boa Vista RR	95/3224-5761 95/3624-2452 cir@terra.com.br
Organização das Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR	Rua Jair da Silva Mota, 69 69312-268 Boa Vista RR	95/3623-4140/3626-0312 95/3224-5761
Organização dos Professores Indígenas de Roraima - OPIR	Av. Benjamin Constant, 3150 69303-090 Boa Vista RR	95/3625-2426 opir@technet.com.br
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Nova Esperança - PRONESP	Rua Egito, 151 69314-140 Boa Vista RR	(95) 3623-5585 / 3623-1334 pronesp@bol.com.br
Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima - SODIUR	Rua Y, 1 - Conj Totolandia - Qd 1 - Casa 1 69300-200 Boa Vista RR	95/3625-2833/1113
Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental - TWM	Rua Egito, 426 69314-140 Boa Vista RR	95/3626-9424
Organização Indígena Canaimé		(95) 9962-0918
Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó - COPING	Endereço: Rua Vovó Julia Q. 01, C. 01, Conj. Totolândia, Bairro: Caimbé CEP: 69.312-320	

## 2 - Pará

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associação Floresta Protegida Povo Kayapó	Rua do Café, 211 68385-000 Tucumã PA	94/3433-3611/9611 94/3433-3611

## 3 – Rondônia

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Organização Pandereéj – (Nós todos) rep. dos povos indígenas Arara, Arikapú, Aruá, Canoé, Jabuti, Kampé, Gavião, Makurap, Sakirabia e Tupari	Rua Manoel Franco, 1780, Bairro: Nova Brasília Ji-Paraná – RO	Fone: (69) 3424 – 2498 / 8402 – 1024 / 9225 – 7699 E-mail: panderej@ibest.com.br
Associação de Defesa Etno-Ambiental - KANINDÉ	Rua D. Pedro II, nº 1892, Sala 07 Bairro: Nossa Senhora das Graças Cep: 78901-150 - Porto Velho/RO	Fone: (69) 3229-2826 / 9984-8907
Federação das Organizações de Rondônia Noroeste do Mato Grosso Sul do Amazonas - FOIR	Rua Ruy Barbosa, 1407 – Arigolândia Cep. 78.902-240 – Porto Velho /RO	Fone: (69) 9976-6035 ou 3211-4601 Fax: 3211-4614 E-mail: humbertoterena@hotmail.com

## 4 – Mato Grosso

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associações dos Povos Tupi do Mato Grosso, Amapá, Pará e Maranhão - AMTAPAMA	Aldeia Urubu Branco 78650-000 Santa Terezinha MT	65/3554-1110 65/3558-1125
Associação Comunidade Indígena de Fontoura - ACIF Povo Karajá	Rua Mato Grosso, 366 78670-000 São Félix do Araguaia MT	
Associação Comunidade Indígena de Santa Isabel do	Av. Araguaia, 588 78670-000 São Félix do	65/3522-1155

Morro Povo Karajá	Araguaia MT	
Associação Comunidade Indígena Karajá ACIKAM povo(s): Karajá	Pq. Indígena do Araguaia - Aldeia Macaúba 78650-000 Santa Terezinha MT	
Associação da Comunidade Bororó de Meruri CIBAE Povo Bororo	Terra Indígena Meruri - Aldeia Meruri 78620-000 Barra do Garças MT	
Associação da Comunidade Bororo da Aldeia Kudorjari Sangradouro Povo Bororo	Aldeia Sangradouro, S/n 78620-000 General Carneiro MT	
Associação das Comunidades Indígenas Bororó ACIB Povo Bororo	a/c Padre Miguel Gaya Timoneda Missão Sagrado Coração Meruri MT	
Associação dos Índios Irantxe - AII	Rua 6 A, 175 78300-000 Tangará da Serra MT	
Associação Enumaniá Povo Aweti	Rua Três Passos, 93 78644-000 Canarana MT	
Associação Halitinã AHA Povo Pareci	Rodovia BR 364, km 475 78300-000 Tangará da Serra MT	
Associação Indígena Itxala Karajá ACI Povo Karajá	Rua Pe. Francisco Jentel 78650-000 Santa Terezinha MT	066/3558-1107
Associação Indígena Marãiwatsede Povo Xavante	Terra Indígena Pimentel Barbosa 78640-000 Canarana MT	
Associação Indígena Mavutsinin AIM Povo Kamayurá	Av. Paraná, 221 78640-000 Canarana MT	66/3478-1815
Associação Indígena Tsorepre Xavante Povo Xavante		

Associação Indígena Tulukai Povo Waurá	Rua 3 de Maio, 95 78640-000 Canarana MT	66/3478-1948 daikir@hotmail.com
Associação Indígena Umutina Povo Umutina	Aldeia Umutina 78390-000 Barra do Bugres MT	
Associação Indígena Xavante Norõtsurã Povo Xavante AXISNOR	Av. Rio Grande do Sul, 577 78690-000 Nova Xavantina MT	66/3438-2156 - Recado 66/3438-2136 61/9642-4612
Associação Indígena Xavante Wedetepã Povo Xavante	Rua Vereador Amélio Ribeiro 78630-000 Campinópolis MT	66/3437-1091
Associação Itao - Terra Indígena Kayabi Povos Apiaká, Kaiabi, Munduruku	Estrada Águas Claras, Km 50, s/n 78575-000 Juara MT	
Associação Jakui Povo Kalapalo	Rua Redentora, 837 78640-000 Canarama MT	65/3478-1849
Associação Kolimacê Povo Nambikwara	Aldeia Aroeira 78310-000 Comodoro MT	
Associação Korogedo Parukegeweu Povo Bororo	Aldeia Córrego Grande 78180-000 Santo Antônio do Leverger MT	
Associação Kura-Bakairi AKB Povo Bakairi	Rua 10 - Qd.10, Setor 01 78093-260 Paranatinga MT	
Associação One Tiholazere Povo Pareci	Av. Avenida Tancredo Neves, 771 78300-000 Tangará da Serra MT	
Associação Pemo Povo Bororo	Rua Bororo s/nº 78600-000 Barra do Garças MT	
Associação Terra Indígena Xingu ATIX Povos Aweti, Nahukwá, Yudjá, Kalapalo, Kamayurá, Mehinako, Matipu, Kuikuro, Kisêdjê (Suyá), Trumai, Waurá, Yawalapiti	Av. Mato Grosso, 607 78640-000 Canarana MT	066/3478-1948 066/3568-1433 ( ATIX- Diauarum ) 066/3478-1948 66/9906-4004 (Diauarum) atixnoticias@primeisp.com.br atix@brturbo.com.br atix@primeisp.com.br



Associação Wakliktsú Povo Nambikwara	Aldeia Três Jacu 78365-000 Sapezal MT	
Associação Watoholy Povo Iranxe		
Associação Xavante de Pimentel Barbosa AXPB Povo Xavante	Rua Três Rios, 487 78635-000 Água Boa MT	066/3438-1106
Associação Yemâiriri Povo Bakairi	Posto Indígena Santana 78460-000 Nobres MT	
Conselho de Administração da Comunidade de Iny Povo Karajá	Posto Indígena Krehawa 78660-000 Luciara MT	
Conselho Geral Indígena Xavante CIX Povo Xavante	Rua Porangatu, 104 78690-000 Nova Xavantina MT	
Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso FEPOIMT	Rua H-4, Q. 119 - Casa 5 78095-370 Cuiabá MT	65/3635-1112 65/3666-3269
Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu IPEAX Povos Aweti, Nahukwá, Kalapalo, Kamayurá, Mehinako, Matipu, Kuikuro, Waurá, Yawalapiti	Av. Paraná, 623 78640-000 Canarana MT	66/3478-2564 ipeax@yahoo.com.br
Instituto Raoni Povo Kayapó	Av. do Colonizador, 192 78500-000 Colider MT	66/3541-2011 66/3541-2285
Namunkurá Associação Xavante NAX Povo Xavante	Aldeia Namunkurá - TI São Marcos 78600-000 Barra do Garças MT	66/3400-7234
Organização de Desenvolvimento Indígena Xavante Funai Povo Xavante	Av. XV de Novembro, 595 78630-000 Campinápolis MT	
Tadarimana Tadawuge Etno- Associação Povo Bororo	Terra Indígena Tadarimana 78700-000 Rondonópolis MT	
Associação Indígena Xavante da Aldeia Tanguro – Canarana – MT		
Associação Indígena AHÂTSUPTO – AHÂTSU dos Xavante – Campinápolis - MT		

--	--	--

## 5 - Goiás

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
União das Aldeias Krahô - Kapey Povo Krahô	Av. Leopoldo de Bulhões, Q.1 - L.1/5 - Setor Pedro Ludovico 74820-160 Goiânia GO	62/3541-0350 62/3541-0350

## 6 – Tocantins

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associação dos Povos Indígenas do Tocantins APITO	Rua 1º de Janeiro, 868 77803-140 Araguaína TO	63/814-2192/1733 63/814-1733
Associação Indígena Akwe AIA Povo Xerente	Av. Nelson Loureiro, 319 77640-000 Tocantinia TO	063/367-1307
Associação Indígena Xerente AIX Povo Xerente	Rua José Rodrigues, 1179 77640-000 Tocantinia TO	63/367-1443/1471
Associação Mâkraké Krahô - Aldeia Nova Povo Krahô	Rua 1º de Janeiro, 710 77770-970 Goiatins TO	99/3531-2703/2576
Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé CONJABA Povo Javaé	Av. Cantídio Fernandes - Qd. 81 - Lt 11 77470-000 Formoso do Araguaia TO	Tel (63) 3357-2530 / 9996-0069 E-mail: conjaba@uol.com.br
União dos Povos Indígenas do Araguaia e Tocantins UPIAT	604 Sul Alameda 2 - lote 28 77022-044 Palmas TO	
União Indígena Xerente UNIX Povo Xerente	Rua 31 de Março, 136 77640-000 Tocantinia TO	63/3367-1539
Associação Iraru-Mahadú do Baixo Araguaia - Karajá da aldeia Xambioá	Araguaína – TO	
COIAT	Rua 1º de Janeiro, 868 – Centro Cep: 77803-140 Funai	(63) 3414-1733
Organização Indígena do Tocantins OIT Fone: (63) 3224 -3652	End:405 Norte Av LO 10 – Lote 30 SL :07/08 Palmas TO	E-mail: org-ind-to@yahoo.com.br
União dos Estudantes Indígenas de Tocantins UNEIT		Fone: (63) 3229 – 3320 / 9229-5762

## 7 – Maranhão

<b>Nome</b>	<b>Endereço</b>	<b>Telefone/ endereço eletrônico</b>
Associação Apanjekra povo(s): Kanela Apaniekra	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703
Associação Indígena Awkiré povo(s): Krahô	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703
Associação Indígena da Aldeia Riachinho Gavião povo(s): Gavião	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703
Associação Indígena Pa'hi Impej Povo Apinajé	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703
Associação Krinduré povo(s): Apinayé	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703
Associação Pemp-Kahoc - povo(s): Krikati	Rodovia BR 280 65936-000 Montes Altos MA	98/3571-0143
Associação Wokran Krahô Povo Krahô	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703
Associação Wyty-Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins WYTY- CATE	Rua Gomes de Sousa, 344 65980-000 Carolina MA	98/3531-2703 wytycate@gmail.com
Conselho Indígena dos Povos Krikati CIPK Povo Krikati	Rua Simplício Moreira, 1115 65970-190 Imperatriz MA	(99) 3525-2809
Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão COAPIMA	Rua Alagoas, 81 - Juçara Imperatriz – MA. CEP.: 65.940-000	Fone: (99) 3525-2842 E-mail: coapima2006@gmail.com

## 8 – Mato Grosso do Sul

<b>Nome</b>	<b>Endereço</b>	<b>Telefone/ endereço eletrônico</b>
Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiweu ACIRK Povos Chamacoco, Kadiwéu, Terena	Av. Samambaia, 601 - Quadra 8 - Lote 27 79065-280 Campo Grande MS	
Associação de Mulheres Indígenas Terena Urbana AMINTU	Rua Onicieto Severo Monteiro, 347 79200-023 Campo Grande MS	

Associação de Índios Desaldeados Kaguatêca Marçal de Souza KAGUATECA	Av. Nicolau Fragelli, 71 - Fundos 79008-570 Campo Grande MS	067/624-7729 REC.*
Associação dos Agricultores Indígenas de Taunay AAIT Povos Terena	Aldeia Água Branca 79200-000 Aquidauana MS	067/3258-1042
Associação dos Produtores Indígenas Guarani e Kaiowá de Caarapó Povos Guarani Kaiowá, Guarani Nandéva	Área Indígena Caarapó 79940-000 Caarapó MS	
Associação dos Produtores Rurais de Argola	Posto Indígena Cachoeirinha 78380-000 Miranda MS	
Associação dos Professores Terena de Miranda APROTEM Povo Terena	Posto Indígena Cachoeirinha 78380-000 Miranda MS	
Associação Indígena Terena de Cachoeirinha AITECA Povo Terena		
Associação Indígena Terena de Lalima povo(s): Terena	Posto Indígena Lalima 78380-000 Miranda MS	
Associação Indígena Terena de Moreira AITEMO Povo Terena	Posto Indígena Pílad Rebuá 78380-000 Miranda MS	
Associação Indígena Terena de Passarinho AITEPA Povo Terena	Posto Indígena Pílad Rebuá 78380-000 Miranda MS	
Associação Mãos Unidas Povo Terena	Posto Indígena Cachoeirinha 78380-000 Miranda MS	
Aty Guasú Guarani ATY Povos Guarani Kaiowá, Guarani Nandéva	Rua Major Capilé, 3681 79830-030 Dourados MS	067/424-1953 067/424-1953
Centro Organizacional da Cultura Tradicional da Etnia Kaiowá de Dourados COCTEKD Povos Guarani Kaiowá Comissão dos Professores Indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul Povos Guarani, Guarani Kaiowá	Rua Eduardo Cerzozimo de Souza, 1023 78823-350 Dourados MS	067/426-9701 067/9901-5546 silvalelio@bol.com.br
Comitê Terena - Organização de Base do Povo Terena Povos Terena		
Movimento dos Rezadores Kaiowá TEKÓ HÁ Povo		

Guarani Kaiowá		
----------------	--	--

## 9 – Minas Gerais

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associação Comunitária Indígena Pataxó do Vale do Retirinho e Imbiruçu ACOIPAVARI Povo Pataxó	Posto Indígena Fazenda Guaran 35878-00 Carmésia MG	
Associação das Comunidades Indígenas Pataxó ACIP Povo Pataxó	Posto Indígena Fazenda Guaran 35878-000 Carmésia MG	
Associação das Mulheres Pataxó Povo Pataxó	Posto Indígena Fazenda Guaran 35878-000 Carmésia MG	
Associação Indígena Krenak Povo Krenak	Terra Indígena Krenak 35230-000 Resplendor MG 033/9971-0844	
Associação Indígena Xakriabá <b>AIX</b> Povo Xakriabá	Rua Ivo Macedo, 235 - Aldeia Barreiro Preto - zona rural 39475-000 São João das Missões MG	
Comunidade Indígena Kaxixó Povo Kaxixó	Capão do Zezinho 35606-000 Martinho Campos MG	
Conselho dos Índios Pataxó do Alto das Posses CIPAP Povo Pataxó	Fazenda Guaraní - Terra Indígena Guaraní 35878-000 Carmesia MG	
Núcleo de Cultura Indígena NCI	Rua Dr. Gabriel Resende Passos, 25 34000-000 Nova Lima MG	031/3286-7202 031/3264-0654 031/3264-0654 burum@terra.com.br
Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto AIXABP		

## 10 – São Paulo

<b>Nome</b>	<b>Endereço</b>	<b>Telefone/ endereço eletrônico</b>
Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas IDETI	povo(s): Bororo, Guarani M'byá, Xavante Rua da Glória, 474 01510-000 São Paulo SP	011/3277-7850 011/3207-2000 Ramal 318 011/3277-7850 idet@idet.org.br
Associação Indígena Tembiguai povo(s): Guarani M'byá AIT	Estrada Rio - Santos, Km 30 - Aldeia Boa Vista Ubatuba SP	012/3845-1046
Associação Indígena Pankararu Povo Pankararu	Rua Honório Serpa, 153 04174-090 São Paulo SP	
Associação Indígena Guarani Jekupe Ambá Povo Guarani M'byá	Estrada Turística do Jaraguá, 3680 05161-000 São Paulo SP	11/3902-0252
Associação Indígena do Centro- Oeste Paulista AICOP	Rua Anhanguera, 539 17013-191 Bauru SP	14/3224-2955 14/3224-2955
Associação Indígena da Aldeia Morro da Saudade AIGAMS Povo Guarani M'byá	Estrada João Lang, 153 04895-070 São Paulo SP	11/528-4251
Associação Guarani Nhe'e Porã Povo Guarani M'byá	Estrada do Curucutu, s/n 04895-000 São Paulo SP	11/5977-0025/5312 11/5973-5312 11/9845-9268 culturaguarani@ig.com.br
Associação Guarani Indígena AGUAI	Rua Diogo de Quadros, 203 04710-010 São Paulo SP	11/5041-0624
Associação das Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista AMICOP Povo Guarani, Kaingang, Terena	Alameda Acropoles, 156 17067-540 Bauru SP	
Associação Comunitária Indígena Guarani Tjero Mirim Ba'E Kuai Povos Guarani M'byá, Guarani Nandéva	Aldeia Rio Silveira 11600-000 São Sebastião SP	
Associação Comunitária Indígena Guarani Povos Guarani	Rua Anhanguera, 539 17013-191 Bauru SP	14/224-2955 14/224-2955
Associação Comunitária Indígena de Icatu Povos Kaingang, Terena	Rua Anhanguera, 539 17013-191 Bauru SP	14/224-2955 18/3692-0210 14/224-2955

Associação Comunidade Pankararu Poro Povo Pankararu	Rua João Távora, 25 A 03978-020 São Paulo SP	
Ação Cultural Indígena Pankararu Povo Pankararu	Rua Conde de Itaguaí, 148 05686-030 São Paulo SP	11/3758-4896

## 11 –Pernambuco

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo APOINME	Av. Sigismundo Gonçalves, 654 53120-970 Olinda PE	81/3429-5191 81/3429-5191 apoinme@oi.com.br

## 12 – Distrito Federal

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associação Xavante Warã Povo Xavante	Setor de Clube Sul, Trecho 2 - Lote 2/41 - Bl. B - Sala 223 70200-002 Brasília DF	61/3425-3277 xavantewara@uol.com.br
Comitê Intertribal	SHCGN 709 - Bloco A - Casa 12 70750-701 Brasília DF	61/3347-1337
Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil CAPOIB	SDS Ed. Venâncio III - 1 Andar - Sala 107 70393-900 Brasília DF	061/3322-4133 061/3322-4133
Conselho Nacional de Mulheres Indígenas CONAMI	SRTVS Q.701, Bl. 01, Sl. 407, Centro Emp. Assis Chateaubriand 70340-906 Brasília DF	061/3323-9683 connami@bol.com.br
Warã Instituto Indígena Brasileiro	SRTVS Quadra 701 - Bloco 1 - Sala 705 70340-906 Brasília DF	061/3322-7447 061/3322-7447

### 13 – Bahia

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Associação Comunitária Indígena Francisco Rodelas ACIFRAN Povo Tuxá	Fazenda Mourrinhos, Aldeia Indígena Tuxá 47520-000 Ibotirama BA	77/229-3291
Associação Comunitária Indígena Raul Valério de Oliveira ACIRVO Povo Tuxá	Fazenda Mourrinhos, Aldeia Indígena Tuxá, Posto Indígena da Funai 47520-000 Ibotiramam BA	77/229-3291
Associação Comunitária Indígena Pataxó da Coroa Vermelha ACIPACOVER Povo Pataxó	Aldeia Indígena Pataxó da Coroa Vermelha - Posto da Funai 45810-000 Santa Cruz Cabralia BA	073/672-1665/1666 073/9993-2757
Associação Comunitária Kiriri do Saco dos Morcegos ACKSM Povo Kiriri	Povoado de Mirandela 48405-000 Banzaê BA	71/229-5062
Associação Comunitária Pankararé Povo Pankararé	Aldeia Indígena Pankararé - Posto da Funai 48610-000 Glória BA	
Ação Tupinambá Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá	Rua Hortência Castro, 02 45668-000 Ilhéus BA	73/3269-1716 acaotupinamba@hotmail.com
Associação Indígena Pataxó Mata Medonha AIPAMM Povo Pataxó	Agrovila da Aldeia - Junto ao Chafariz Santa Cruz Cabralia BA	73/3671-4117 73/3671-4091
Associação Kaimbé Várzea AKAVA  Povo Kaimbé	Aldeia Massacará, Zona Rural, S/n 48500-000 Euclides da Cunha BA	75/3625-8603 75/3271-4004 indioskaimbe@zipmail.com.br
Associação Pataxó de	Rodovia BR 367- Km 75	



Ecoturismo ASPECTUR Povo Pataxó	45807-000 Santa Cruz Cabralia BA	
Associação Thydêwá Povos: Tumbalalá, Kariri-Xokó, Kariri, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Pankararu, Truká, Xukuru- Kariri, Tupinambá de Olivença	Rua Pau Brasil, 7 A 41410-190 Salvador BA	71/3375-1441 71/3375-1441
Conselho de Caciques Pataxó CCP Povo Pataxó	Av. Paulino Mendes, 53 - Anexo 45825-000 Eunápolis BA	
União Nacional dos Índios UNID Descendentes	Av. Sete de Setembro 62 S/317 40060-001 Salvador BA	

## 14 – Organizações Indigenistas e Similares

Nome	Endereço	Telefone/ endereço eletrônico
Operação Amazônia Nativa	Av. Ipiranga, 97 - Bairro Goiabeira CEP 78.020-550 Cuiabá - MT	55 065 322-2980 Fax: 55 065 322-4161 E-mail: opan@alternex.com.br
Sociedade de Proteção e Utilização do Meio Ambiente - PUMA		
Centro dos Direitos das Populações da Região do Carajás – Fórum Carajás	Rua Armando Vieira da Silva, 110 Apeadouro Cep.: 65.030-130 São Luís/Maranhão/Brasil	Fones: (98) 3249-9712 e 3275- 4267  E-mail: forumcarajas@forumcarajas.o
Gin - Centro de Gestão da Informação e do Conhecimento para um Futuro Sustentável – DF		
Instituto Socioambiental - ISA	SCLN, 210, Bloco C sala 112 Brasília - DF 70862-530	61 3035-5114 Fax: 61 3035-5121 isadf@socioambiental.org
ANAÍ - Associação Nacional de Apoio ao Índio	Rua Borges dos Reis, 46 S/5-H Boulevard Rio Vermelho -	Telefone: (071) 2470464

	Salvador-Ba	
Comissão Pró-Índio de São Paulo	Rua Padre Carvalho, nº 175 Bairro Pinheiros São Paulo - SP - Brasil CEP: 05427-100	11 3814-7228 11 3518-8961 cpisp@cpisp.org.br
ACT Brasil	Edifício Bussines Point SAS Q. 03 BL C salas 301 a 306	3323 7863 www.actbrasil.org.br
A Casa Verde	<i>CLN 114, Bloco A, Sala 104 CEP 70.764-510 – Brasília, DF</i>	<i>Tel.: 61 3274-7789 - Fax: 61 3447-8531</i> E-mail: contato@a-casa-verde.org.br
Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN	SCLN 202, Bloco B, Salas 101 a 104, CEP 70832-525, Brasília - DF	Fone/Fax: (61) 3327-8085 - E-mail: institutospn@ispn.org.br
Centro de Trabalho Indigenista	CLN 210 BL C salas 217/218	61 3349 7769 www.trabalhoindigenista.org.br
Ecologia e Ação - ECOA	Rua 14 de julho, 3169 79002-333 - Campo Grande - MS	Tel.: (67) 3324.3230 Fax: (67) 3324.3230 E-mail: ecoa@riosvivos.org.br Site: www.ecoa.org.br
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy - TNC	Alameda Julia da Costa, 1240 80730-070 - Curitiba - PR	Tel.: (41) 3336.8777 Fax: (41) 3336.8777 E-mail: mcalmon@tnc.org Site: nature.org
Conselho Indigenista Missionário - CIMI	SDS Ed. Venâncio III salas 309 a 314 Brasília - DF - Brasil - CEP 70393-902	Telefone: 61-21061650 - Fax: 61-21061651 E-mail: nacional@cimi.org.br

## E. Financiamentos nacionais e internacionais para iniciativas no Cerrado

Nome	Endereço	Telefone/endereço eletrônico
Fundação Pró-Natureza (Funatura)	SCLN 107, bloco B, salas 201 e 209 Asa Norte Brasília – DF 70.743-520	(61) 3274-5449 Fax: (61) 3274-5324
Fundação O Boticário de Proteção a Natureza	Rua Gonçalves Dias, 225 Batel - Curitiba - PR CEP 80240-340	(41) 3340-2636 Fax: (41) 3340-2635
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA/MMA	Largo do Ibam, 01/ 6º andar. Humaitá, Rio de Janeiro - RJ CEP: 22271 070	(21) 2123 5300 Fax: (21) 2123 5354 funbio@funbio.org.br
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio	1818 H Street, NW, MSN G6-602 Washington, DC 20433 USA	(202) 473-0508 Fax: 202 5223240/3245 secretariat@thegef.org
Global Environment Facility - GEF	CRS 514, bloco "B", loja 69, Térreo - Asa Sul – Brasília/DF CEP 70.380-526 -	(61) 4009-9090 Fax: (61) 4009-9140 fnma@mma.gov.br
Department of International Development - DFID	1 Palace Street, London SW1E 5HE	(020) 7023 0000 Fax: 020 7023 0019
The Rainforest Foundation	The Rainforest Foundation UK 2nd Floor, Imperial Works Perren Street London NW5 3ED  32 Broadway, Suite 1614 New York, NY 10004	44 (0) 20 7485 0193 Fax: 44 (0) 20 7485 0315 info@rainforestuk.com 212 431 9098 212 431 9197 (fax) rffny @ rffny.org
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP DF	SIA Trecho 06 - Lotes 105-115 - CEP: 71205-060 - BRASÍLIA/DF	(61) 3462-8800 / 3462-8891 FAX: (61) 3462-8886
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Esplanada dos Ministérios, Bloco A / Ala Norte CEP 70054-900 - Brasília - DF	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud	EQSW 103/104 Lote 1 Bloco D Setor Sudoeste CEP: 70670-350 – Brasília, DF	(61) 3038-9300
Ministério do Desenvolvimento Social - MDS	Esplanada dos Ministérios, Bloco 'C', 5º andar, CEP 70046-900 - Brasília/DF	0800 707 2003
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Setor de Embaixadas Norte Quadra 802 Conjunto F Lote 39 - Asa Norte Brasília, D.F. 70800-400.  1300 New York Avenue, N.W. Washington, D.C. 20577, USA	(202) 623 -1000
Banco Mundial	1818 H Street, NW	(202) 473-1000

	Washington, DC 20433 USA	
Agência de Cooperação Alemã - GTZ	Caixa Postal 01991 70259-970 Brasília/DF	(61) 21012170
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	Ministério da Integração Nacional Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional Departamento de Gestão dos Fundos Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 8º andar Brasília/DF - 70067-901	(61) 3414-5871
Fundação Banco do Brasil	S.C.N. Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One, 9 e 10. 70711-900 – Brasília/DF	(61)3310-1900
ICCO	C.P. 8190 3503 RD Utrecht Holanda  Joseph Haydnlaan 2a 3533 AE Utrecht Holanda	+31 (0) 30 692 78 11
Fundo Francês para o Meio Ambiente - FFEM	Ministère de l'Écologie, de l'Énergie du Développement durable et de la Mer Grande Arche Tour Pascal A et B 92055 La Défense	01 40 81 21 22
DOEN Foundation	Postbus 75621 1070 AP Amsterdam	(+3120) 5737333 doen@doen.nl

## F. Políticas de Incentivo e Mecanismos de Apoio

Nome	Órgão responsável	Linha de atuação	Ações propostas	Beneficiados
Programa Cerrado Sustentável	Ministério do Meio Ambiente (supervisão e articulação institucional)  Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  Ministério da C&T  Ministério da Cultura	Conservação da biodiversidade  Atividades produtivas sustentáveis  Conhecimentos tradicionais	Promover a conservação, restauração, recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas do bioma cerrado.  Valorização e reconhecimento de suas populações tradicionais.	Unidades de conservação  Povos e comunidades tradicionais  Agricultores familiares

	Ministério da Integração Nacional  Ministério da Justiça  Ministério do Desenvolvimento Agrário  Ministério do Desenvolvimento Social			
Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA  Ministério do Desenvolvimento Social - MDS  Ministério do Meio Ambiente – MMA.	Atividades produtivas sustentáveis	Fortalecimento das cadeias de produtos e serviços gerados a partir da sociobiodiversidade.  Agregação de valor dos produtos e consolidação de mercados sustentáveis.	Agricultores familiares.  Povos e comunidades tradicionais.
Assistência Técnica e Extensão Rural	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Atividades Produtivas sustentáveis	Geração de renda por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.	Agricultores familiares.  Povos e comunidades tradicionais.
Carteira Indígena	Ministério do Desenvolvimento Social – MDS  Ministério do Meio Ambiente - MMA	Atividades Produtivas.  Conhecimentos Tradicionais.	Segurança alimentar e nutricional  Desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas.	Povos indígenas.
Programa Nacional de Diversidade Biológica - Probio	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Conservação da Biodiversidade  Atividades produtivas sustentáveis  Conhecimentos Tradicionais	Conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade  Acompanhamento, avaliação, prevenção e mitigação dos impactos sobre a biodiversidade  Acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais da biodiversidade	Unidades de Conservação  Povos e Comunidades Tradicionais.
Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA (PPG7)	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Atividades produtivas sustentáveis  Conhecimentos Tradicionais	Construção de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável	Agricultores familiares  Povos e comunidades tradicionais

Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI (PPG7)	Ministério do Meio Ambiente - MMA	<p>Conservação da Biodiversidade</p> <p>Atividades produtivas sustentáveis</p> <p>Conhecimentos Tradicionais</p>	<p>Melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas da Amazônia Legal brasileira.</p> <p>Fortalecimento da sustentabilidade econômica, social e cultural.</p> <p>Conservação dos recursos naturais dos territórios indígenas.</p>	Povos indígenas
Programa Agricultura indígena e quilombola	Embrapa	<p>Atividades produtivas sustentáveis.</p> <p>Conhecimentos tradicionais</p>	Transferência de tecnologias e desenvolvimento social.	Povos e comunidades tradicionais.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	<p>Ministério do Desenvolvimento Social – MDS</p> <p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, - MPOG</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA</p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</p> <p>Ministério da Fazenda</p> <p>Ministério da Educação.</p>	Atividades produtivas sustentáveis	<p>Inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar</p> <p>Aquisição de alimentos por preços de referência dos produtos da sociobiodiversidade. (Políticas de Garantia de preços mínimos)</p>	<p>Povos e comunidades tradicionais</p> <p>Agricultores familiares.</p>
Programa de Capacitação em Agroextrativismo no	Ministério do Trabalho.	Atividades Produtivas Sustentáveis.	Preparo de agricultores familiares para explorar economicamente os recursos oferecidos pelo	Povos e comunidades tradicionais.

Cerrado			Cerrado sem devastá-lo.	
Projeto de Estudos Fast-track para Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT  Ministério do Meio Ambiente - MMA	Conservação da Biodiversidade	Iniciativa e ações para o seqüestro de carbono em áreas florestais da Amazônia e do Cerrado Brasileiro.	Pequenos produtores.  Pequenas empresas.
Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - PROMESO	Ministério da Integração Nacional	Desenvolvimento regional sustentável	Potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas.  Capacitação de pessoas e criação de bases do associativismo.  Cooperativismo desenvolvimento sustentável das Mesorregiões.	Municípios e populações.
Programa Petrobrás Ambiental	Petrobrás	Conservação da biodiversidade.  Atividades produtivas sustentáveis.	Fomento do desenvolvimento sustentável  Conservação e preservação dos recursos ambientais.	Associações e organizações da sociedade civil.
Programas de apoio às comunidades e organizações	Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB	Conservação da biodiversidade.  Atividades produtivas sustentáveis.	Apoio à ações de desenvolvimento sustentável.	Movimentos sociais e organizações da sociedade civil
Programa de Desenvolvimento Socio-ambiental de Produção Familiar Rural (Proambiente)	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Conservação da biodiversidade.  Atividades produtivas sustentáveis.	Redução do desmatamento  Seqüestro de carbono atmosférico  Conservação, preservação da biodiversidade dos solos.  Troca de matriz energética e eliminação de agroquímicos.	Agricultores familiares.

## 5 – Considerações finais

### *A – Breve panorama do diagnóstico em elaboração*

Até o momento foi possível iniciar o diagnóstico a partir de fontes secundárias, buscando informações preliminares sobre os chamados “povos indígenas do Cerrado”. Uma primeira listagem desses povos foi realizada a partir da sobreposição de diversos mapas de vegetação do Cerrado e mapas de localização de terras indígenas no Brasil. Chegamos a uma primeira versão do conjunto de grupos que habitam o Cerrado, que ainda está sujeita a alterações, tendo em vista principalmente o refinamento de dados que ainda precisará ser feito e a eventual apropriação política que os movimentos indígenas poderão fazer dessas informações.

Além da listagem das terras indígenas e de informações prévias sobre os povos indígenas do Cerrado, elaboramos um mapa, resultado das citadas sobreposições dos mapas de vegetação e de localização das terras indígenas. Esse mapa servirá de referência para discussões com os movimentos indígenas, para o aprofundamento da pesquisa e para a realização dos estudos de caso.

Por fim, estão sendo enviadas cartas-consultas para as principais organizações indígenas e indigenistas, expondo os objetivos da pesquisa e solicitando informações mais detalhadas sobre a situação de terras indígenas e seus entornos. Boa parte dessas organizações realizou e/ou participou de pesquisas e levantamentos locais sobre a situação ambiental das terras indígenas com as quais estão envolvidas. A eventual disponibilização desses materiais enriquecerá substancialmente o presente diagnóstico.



## ***B – Desafios e expectativas futuras***

Um dos principais desafios deste diagnóstico é torná-lo útil para os movimentos indígenas em pelo menos dois sentidos: para identificar quais são de fato os grupos indígenas que estão localizados no Cerrado, contribuindo para seus eventuais processos de organização e articulação; e para subsidiar propostas junto às políticas públicas para o Cerrado, na medida em que pretende apresentar um quadro atualizado sobre a situação ambiental das terras indígenas no Cerrado.

Pretendemos estreitar relações com os movimentos indígenas no Cerrado (Mopic, Wyty-Catë, Coiat, Coapima, OIT, etc.) e possibilitar a participação direta de representantes indígenas nas próximas etapas de desenvolvimento da pesquisa. Uma das estratégias para isso consiste em formar um pequeno grupo de pesquisadores indígenas que colaborarão no tratamento de dados secundários, mas principalmente no registro das informações em campo, nas regiões onde atuam.

Temos a expectativa de que no próximo ano possamos finalizar a coleta e tratamento de dados secundários e iniciar os trabalhos de campo para a realização de estudos de caso. A definição das áreas a serem pesquisadas dependerá ainda de planejamentos do CTI e ISPN e, principalmente, de discussões a serem realizadas com representantes e lideranças das mais expressivas organizações indígenas e indigenistas que atuam no Cerrado.

## 6 – Bibliografia

AGUIAR, Ludmilla Moura de Souza; CAMARGO, Amábilio, José Aires. **Cerrado: Ecologia e Caracterização**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2004.

AGUIAR, L.M.S., R.B. MACHADO & J. MARINHO-FILHO. 2004. A diversidade biológica do Cerrado. In: L.M.S. Aguiar & A. Camargo (eds.). **Ecologia e caracterização do Cerrado**. pp. 19-42. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados), Planaltina, Brasil.

BARBOSA, A. S.; 1996. Bioma Cerrado. **Revista Contribuições**. Editora da Universidade Católica de Goiás. Goiânia.

BARBOSA, Atlair S. **Andarilhos Da Claridade**. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

BARBOSA, A. S. Quinze Gerações mutilaram o ambiente que 550 Preservaram. In: **Antiplano -Revista do Cerrado**, Goiás, Brasil - Primavera de 2003.

BACCARO *et al.*, 1997, In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD – PROJETO BRA/94/016 - Contrato n. 139/98.

BDT - BASE DE DADOS TROPICAIS. De grão em grão o cerrado perde espaço. 1995

CIMI. Situação Jurídico-Administrativa das Terras Indígenas do Brasil. Brasília, 2006.

COLBY, Michael E. **Environmental management in development: the evolution of paradigms**. Washington: World Bank, 1990 (World Bank Discussion Papers, 80).

DADIDOFF, C. H. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FELFILI, J.M., Rezende, A.V. & Silva Jr., M.C. da. (Org.). **Biogeografia do Bioma Cerrado: Vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros**. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília/FINATEC, 2007, v. , p. 121-237.

FELFILI, J.M.& Silva Jr., M.C. da. (Org.). **Biogeografia do Bioma Cerrado**: Estudos Fitofisionômico na Chapada do Espigão Mestre do São Francisco. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília/Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, 2001.

KLINK, C.A. & R.B. MACHADO. 2005. Conservation of the Brazilian Cerrado. **Conserv. Biol.** 19: 707-713.

RIBEIRO, J.F.; FONSECA, C.E.L; SOUSA-SILVA, J.C. (ed.) **Cerrado**: caracterização e recuperação de Matas de Galeria. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2001. 899p.

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. de, ed. **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. xii + 556p.

SCHMITZ, P. I. **Os primeiros povoadores do Cerrado**. In: ARQUEOLOGIA, 2003

SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?. SHIKI, S., SILVA, J. G., ORTEGA, A C. (orgs). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

SHIKI, 1997:149, In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD – PROJETO BRA/94/016 - Contrato n. 139/98

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500 / 1820)**. São Paulo, 1969.

SIQUEIRA, Jaime Garcia. **Wyty-Catë: cultura e política de um movimento pan-Timbira. Contribuição ao entendimento das organizações indígenas e novas expressões da política indígena**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB, Inédita, 2007.

STEVANUX, M. N. **Textos de Biogeografia**. Goiânia: IESA-UFG, 2001.

## **Sítios consultados:**

Instituto Socioambiental: [www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br)

Fundação Nacional do Índio – FUNAI: [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente – MMA: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

Conselho Indígena Missionário – CIMI: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

Conselho Indígena de Roraima - CIR: [www.cir.org.br](http://www.cir.org.br)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA: [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)

WWF Brasil: [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br)

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN: [www.ispn.org.br](http://www.ispn.org.br)

Rede Cerrado: [www.redecerrado.org.br](http://www.redecerrado.org.br)

Centro de Trabalho Indigenista – CTI: [www.trabalhoindigenista.org.br](http://www.trabalhoindigenista.org.br)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB:  
[www.coiab.com.br](http://www.coiab.com.br)